

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC SP

Layra Dutra Martins

**A Dinamarca e o Euro  
Entre o Nacional e o Supranacional**

Pós Graduação em Direito Internacional

São Paulo  
2012



PUC-SP  
COGEAE

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS GRADUADOS DE DIREITO**

**ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO INTERNACIONAL**

**A Dinamarca e o Euro  
Entre o Nacional e o Supranacional**

Layra Dutra Martins

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, COGEAE, como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Direito Internacional sob a orientação do Professor Doutor Fabrício Felamingo.

São Paulo  
2012

## DEDICATÓRIA

A minha família,  
o meu bem mais precioso.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho de conclusão do curso de Pós Graduação em Direito Internacional é compreender os motivos econômicos, políticos e culturais que levaram a Dinamarca - país escandinavo presente no processo de união europeia desde o seu início com a Comunidade do Carvão e Aço, posteriormente pela Comunidade Econômica Europeia e Comunidade Europeia de Energia Nuclear – a rejeitar na terceira fase da União Econômica Monetária a adoção do Euro. Uma negação que já foi debatida internamente pelos partidos políticos e também em referendos e que poderá atrasar, ainda mais, os projetos políticos de integração total da UE. A população se mostra fortemente contrária ao Euro, alegando a perda de soberania e individualidade, características que destacam o forte nacionalismo que ainda existe internamente na sociedade dinamarquesa.

**Palavras Chave:** Dinamarca, União Europeia, Direito Europeu, Nacionalismo, Integração, Euro (€), Coroa (DKK)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA E A POSIÇÃO DA DINAMARCA	
1.1 – História da Formação da União Europeia .....	10
1.2 – A Dinamarca e a União Europeia .....	17
CAPÍTULO II – O SISTEMA EUROPEU	
2.1 – Criação do Novo Sistema Monetário Europeu .....	28
2.2 – O Direito na União Europeia .....	35
CAPÍTULO III – A POSIÇÃO DA DINAMARCA COMO UM ESTADO SOBERANO	
3.1 – A Moeda Dinamarquesa .....	41
3.2 – Os Partidos Dinamarqueses no Referendo para o Euro .....	47
CAPÍTULO IV – DIANTE DA CRISE EUROPEIA	
4.1 – Abalo na Estrutura Europeia .....	57
4.2 – A Posição da Dinamarca .....	63
CONCLUSÃO .....	71
ANEXOS .....	73
BIBLIOGRAFIA .....	75

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Figura 1 – Mapa da União Europeia .....	17
Figura 2 – Referendo de Adesão à UE .....	20
Figura 3 – Apoio à União Europeia .....	25
Figura 4 – Área da UE em Milhões de Quilómetros Quadrados .....	36
Figura 5 – Coroa x Euro .....	45
Figura 6 – Aumentos salariais na Dinamarca e no exterior .....	47
Figura 7 – Representação Partidária na Dinamarca .....	48
Figura 8 – Queda do sentimento de Integração na Dinamarca após o uso do Euro nos 12 países da UE .....	54
Figura 9 – Movimentos Contra e a Favor ao Euro na Dinamarca .....	55
Figura 10 – Euro Referendo em 2000 .....	56
Figura 11 – Europa Afetada pela Crise (%) .....	59
Figura 12 – Previsão da Crise nos diferentes países .....	62
Figura 13 – Posição mais atual da População da Dinamarquesa quanto a Substituição da Coroa pelo Euro .....	67

## ABREVIATURAS

**BCE** – Banco Central Europeu

**BIRD** – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

**ECU** – European Currency Unit

**CECA** – Comunidade Europeia do Carvão e Aço

**CEE** – Comunidade Económica Europeia

**EUR** – Euro

**Euratom** – Comunidade Europeia de Energia Nuclear

**ERM** – Exchange Rate Mechanism

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**IME** – Instituto Monetário Europeu

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**OTAN** – Organização do Tratado do Atlântico Norte

**PE** – Parlamento Europeu

**PEC** – Pacto de Estabilidade e Crescimento

**PIB** – Produto Interno Bruto

**SEBC** – Sistema Europeu de Bancos Centrais

**SME** – Sistema Monetário Europeu

**UEM** – União Económica e Monetária

**UE** – União Europeia

## INTRODUÇÃO

A presente monografia insere-se no tema do Direito Internacional, utilizando-se de uma análise histórica e política da Dinamarca enquanto Estado membro da União Europeia, mas que, ao mesmo tempo, usa de sua soberania ao rejeitar parte desta união, não adotando a moeda Euro.

Este trabalho pretende analisar o Reino da Dinamarca, um país escandinavo tipicamente nórdico com uma população de 5.5 milhões de habitantes e com uma forte influência histórica do período Viking, além de intensa influência da cultura Prussiana, Germânica. Com uma tradição agrícola e uma sociedade civil conservadora e dinâmica, a Dinamarca está inserida na Europa do século XXI. Trata-se de um país com a maior taxa europeia de gastos internos em saúde e educação e com o sistema de segurança social reconhecido como um dos mais eficientes do mundo, representando 41% das finanças públicas.

O argumento deste trabalho é mostrar, em que pese a importância e relevância de temas econômicos, políticos e históricos, como a forma de interpretação do “não” dinamarquês ao Euro, retardando o ingresso definitivo a União Econômica Monetária (Euro); uma questão muito mais de cunho nacionalista do que político-econômico. Valores culturais e nacionais foram e são determinantes nesta discussão.

O Capítulo I analisa o processo histórico da formação da União Europeia, com o Tratado de fundação da Comunidade Europeia do Carvão e Aço, posteriormente pela Comunidade Econômica Europeia, seguido pela Comunidade Europeia de Energia Nuclear, até o momento atual de integração monetária - com a criação do “euro”. Nesta união entre os países europeus é focada a entrada da Dinamarca, no ano de 1973, nas Comunidades Econômicas Europeias, por meio de um referendo popular em que 56.7% dos dinamarqueses votaram a favor.

O Capítulo II trata dos primórdios do Direito na Europa, um dos berços da civilização e da construção do Direito. Essa região que se encontra em constante mutação, principalmente após servir de cenário para as duas Grandes Guerras Mundiais serve como estudo da necessidade da criação de uma União Econômica e Monetária, e o significado deste processo de adesão a uma moeda única entre os Estados Membros.

Enquanto que no Capítulo III é destacada a posição arredia da Dinamarca em ingressar na terceira fase da UEM e aderir ao Euro. Além de caracterizar a força da moeda nacional - a Coroa Dinamarquesa - mostrando o ceticismo da população à moeda comum baseado nos dados do último Referendo para o Euro, que mostrava a posição da população e também dos partidos políticos, de forma a ser observado a força dos movimentos internos para a tomada de decisão.

O Capítulo IV, por fim, analisa como a crise mundial, ocorrida em 2009, afetou a Europa e seus Estados-Membros, deixando um clima de ceticismo a moeda única. Além disso, observa de maneira bem próxima como este acontecimento abalou a Dinamarca, um país membro da UE, que não aderiu ao Euro como moeda. Este capítulo é composto também por entrevistas diretamente com civís dinamarqueses e com o Cônsul Dinamarquês no Brasil, Exmo. Sr. Nicolaj Pritz, de forma a analisar uma possível mudança no cenário, do ponto de vista de quem está vivenciando o caso bem de perto.

# **CAPÍTULO I: A FORMAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA E A POSIÇÃO DA DINAMARCA**

## **1.1- História da Formação da UE**

Os antecedentes da União Europeia datam do pós 2ª Guerra Mundial, quando o continente ingressa em um processo de reconstrução. Em uma Europa destruída, e com o seu aparelho produtivo completamente parado por falta de equipamento, matérias primas e capital, e com os exércitos soviéticos ocupando neste momento uma parte significativa da Alemanha, além da Europa do leste e Balcãs, e com as forças armadas de quase todos os países da Europa ocidental destruídas ou desmoralizadas; a necessidade premente de reconstrução europeia desembocaria em um período de novo crescimento econômico.

As duas possibilidades de evolução europeia em discussão no Congresso de Haia de 1948 foram de cooperação entre Estados e a integração dos Estados, a primeira mantendo quanto possível intacta a soberania estadual e a segunda afectando-a profundamente.

“Na concepção tradicional da doutrina, a sociedade internacional seria composta apenas por Estados soberanos, com poderes para tratar de todos os problemas que ocorram em seu território de forma totalmente independente de outros entes estatais. Entretanto, essa noção não resiste a um exame superficial da realidade mundial, marcada por inúmeros desafios cujo enfrentamento pode exigir esforços significativos, e cujo desdobramento podem afetar outras partes do mundo (...)”<sup>1</sup>

O principio da soberania estabelece que o Estado goza da liberdade e independência para realizar os atos que lhe aprouver; de forma a favorecer ao Estado uma ‘presunção’ de competência, o que lhe dá exclusividade em seu território. Como já caracterizado pelo jurista frances Bodin no século XVII: “A soberania é una e indivisível, não se delega a soberania, a soberania é irrevogável, a soberania é perpétua, a soberania é um poder supremo”<sup>2</sup> Já sob a ótica externa a soberania encontra limitações na existência de outros Estados soberanos, todos sob à ordem jurídica internacional. “O conceito de soberania absoluta do Estado alterou-se com o decorrer do tempo, significando hoje a independência

---

<sup>1</sup> PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado, pp. 57.

<sup>2</sup> BONAVIDES, Paulo. Ciência Política, pp. 126.

e a subordinação ao Direito Internacional (...)”<sup>3</sup>. Desta forma, a cooperação internacional se tornou um meio não apenas de combater problemas, mas também de construir instrumentos adicionais, pelo qual os Estados podem promover seu desenvolvimento econômico e social, além de mecanismos de integração social.

A primeira dessas manifestações de cooperação na Europa foi o Tratado de Dunquerque de 1947, entre a França e o Reino Unido, tendo em vista a assistência mútua em caso de agressão germânica. Com a constatação de que a origem da ameaça na verdade seria à União Soviética houve a entrada de novos actores; nascendo assim o Tratado de Bruxelas de 17 de Março de 1948, congregando o Reino Unido, França e os três membros do já existente BENELUX<sup>4</sup>, Bélgica, Holanda e Luxemburgo.

A fase de cooperação abarcou, para além da questão militar e de defesa, também a cooperação econômica. O primeiro responsável por essa cooperação econômica foi o Plano Marshall. Os EUA se propuseram auxiliar na recuperação econômica da Europa desde que os estados europeus se organizassem segundo algum tipo de sistema de cooperação mútua; sendo instituída pelo Tratado de Paris de 16 de Abril de 1948, a Organização Europeia de Cooperação Econômica, que veio mais tarde a transformar-se em Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>5</sup>. Mais uma vez, estávamos perante a criação de um organismo internacional de cooperação<sup>6</sup>.

Em 9 de maio de 1950, a França, representada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Robert Schuman, inicia o diálogo com a República Federativa da Alemanha, tendo como objetivo formar uma organização que coordenasse o comércio e a produção de carvão e aço, à qual outros países europeus poderiam aderir. Dessa forma, em

---

<sup>3</sup> JO, Hee Moon. Introdução ao Direito Internacional, pp. 43.

<sup>4</sup> BENELUX, começou por ser uma união aduaneira entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo, instituída pelos respectivos governos em 5 de Setembro de 1944. O Tratado entrou em vigor até 1 de Novembro de 1960, data em que entrou em vigor o Tratado de Haia de 3 de Fevereiro de 1958, estabelecendo uma União Económica. Em 1975, foi instituído o Tribunal do BENELUX. Disponível em: <[http://www.benelux.int/pub/ActiefActueel\\_en.pdf](http://www.benelux.int/pub/ActiefActueel_en.pdf)> Acesso: 07/05/2012

<sup>5</sup> OCDE; “The Organization for Economic Co-operation and Development is celebrating its 50th anniversary, but its roots go back to the rubble of Europe after World War II. (...) European leaders realized that the best way to ensure lasting peace was to encourage co-operation and reconstruction, rather than punish the defeated. The OEEC was established in 1947 to run the US-financed Marshall Plan for reconstruction of a continent ravaged by war. By making individual governments recognize the interdependence of their economies, it paved the way for a new era of cooperation that was to change the face of Europe. Disponível em: <[http://www.oecd.org/document/25/0,3746,en\\_36734052\\_36761863\\_36952473\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/25/0,3746,en_36734052_36761863_36952473_1_1_1_1,00.html)> Acesso: 08/05/2012

<sup>6</sup> MOTA, João Campos. O Direito Comunitário, Vol. I, Edição Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

18 de abril de 1951, é assinado pelos dois países, além da Bélgica, da Holanda, de Luxemburgo e da Itália, o Tratado de fundação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), que entra em vigor a partir de 1952<sup>7</sup>.

Tal Tratado instaurou a livre circulação de produtos, sem direitos aduaneiros nem encargos, proibiu as medidas ou práticas discriminatórias, as subvenções, os auxílios e os encargos especiais impostos pelo Estado, bem como as práticas restritivas da concorrência. As Instituições então criadas para coordenar esse Tratado foram uma Alta Autoridade - um órgão executivo colegial independente, que tinha por tarefas assegurar a realização dos objectivos fixados no Tratado e agir no interesse geral da Comunidade, sendo assistida por um comité consultivo composto por representantes dos produtores, trabalhadores e comerciantes; foi criada também uma Assembleia – essa composta por delegados dos Parlamentos nacionais, detinha essencialmente poderes de controlo; além de existir um Conselho de Ministros – composto por seis representantes dos Governos nacionais e com presidência rotativa entre seus membros a cada três meses, o Conselho destinava-se a harmonizar a ação da Alta Autoridade e a política económica geral dos governos; e por último havia um Tribunal de Justiça – composto por sete juízes, eleitos pelos Governos dos Estados-Membros para um mandato de seis anos, era uma jurisdição permanente e obrigatória dotada de uma competência exclusiva.

O sucesso na concretização da CECA, mas não ainda em termos de resultados efectivos, induziu, muito rapidamente tentativas no sentido de uma maior integração europeia. Em 25 de março de 1957, em plena Guerra Fria, os seis países membros decidem dar um passo maior no processo de integração, assinando os Tratados de Roma, os quais estabelecem a Comunidade Económica Europeia (CEE)<sup>8</sup> e a Comunidade Europeia de Energia Nuclear (Euratom), ambas entrando em vigor em 1958. A CEE tinha como principais objetivos promover uma União Aduaneira entre os Estados partes por meio da eliminação de aduanas e demais restrições à circulação de pessoas e de serviços na

---

<sup>7</sup> TRATADO que instituiu a Comunidade Europeia do Carvão e Aço, 1951. Disponível em: <[http://europa.eu/abc/history/1945-1959/index\\_pt.htm](http://europa.eu/abc/history/1945-1959/index_pt.htm)> Acesso: 10/04/2012.

<sup>8</sup> Artigo 2º. Do Tratado CEE na versão de 1957 (CE57) previa que: “A Comunidade tem como missão, através da criação de um mercado comum e da aproximação progressiva das políticas dos Estados-Membros, promover, em toda a Comunidade, um desenvolvimento harmonioso das actividades económicas, uma expansão contínua e equilibrada, uma maior estabilidade, um rápido aumento do nível de vida e relações mais estreitas entre os Estados que a integram” Disponível em: <[http://eurex.europa.eu/pt/treaties/dat/12002E/pdf/12002E\\_PT.pdf](http://eurex.europa.eu/pt/treaties/dat/12002E/pdf/12002E_PT.pdf)> Acesso: 08/05/2012.

comunidade, além da estruturação de uma política comercial e de uma pauta aduaneira comum às mercadorias provenientes de países terceiros<sup>9</sup>. A Euratom, por sua vez, visava promover uma maior coordenação de políticas, normas de segurança e difusão de conhecimentos técnicos nucleares entre seus membros, que assumiam grande relevância pelas tensões desenvolvidas ao longo da Guerra<sup>10</sup>.

As principais instituições da União Europeia surgem com os Tratados fundadores da década de 50<sup>11</sup>. Três delas compõem o corpo da União: o Parlamento Europeu, representante dos interesses do povo; o Conselho Europeu, formado por um ministro de cada governo nacional que representa os interesses de seu respectivo país; e a Comissão Européia, órgão autônomo dos governos nacionais encarregado de executar as decisões tomadas pelo Parlamento e a Comissão Européia. Ademais, a Corte de Justiça, criada em 1952 pelo Tratado da CECA, é o órgão judicial da União, responsável por zelar pela igual aplicação e cumprimento das regras por todos os seus membros. Posteriormente, em 1975, é instituída a Corte dos Auditores, responsável por administrar os fundos da União Européia e fiscalizar a coleta de impostos e seus usos devidos.

Em 8 de abril de 1965, um tratado é firmado entre os membros das três Comunidades Europeias (CECA, CEE e Euratom), criando-se dessa forma um único Conselho e uma única Comissão com o intuito de promover uma maior coordenação de ações e administração entre os países-membros. Em 1 de julho de 1968, as tarifas alfandegárias de produtos industriais são abolidas entre os membros e uma tarifa externa comum é introduzida.

Com a intensificação do processo de integração, em 1969, os líderes da CEE decidem realizar o que seria o “primeiro alargamento”, abrindo espaço para o ingresso de novos países na comunidade. Além da Dinamarca<sup>12</sup>, Irlanda e Reino Unido emergem como primeiros candidatos a pleitear uma vaga na União, tendo dela tomado parte em 1 de janeiro de 1973.

---

<sup>9</sup> TRATADO que instituiu a Comunidade Europeia (Versão compilada). *Jornal Oficial n° C 325 de 24 de Dezembro de 2002*. Disponível em: < [http://europa.eu/abc/treaties/index\\_pt.htm](http://europa.eu/abc/treaties/index_pt.htm) > Acesso: 10/04/2012.

<sup>10</sup> TRATADO que instituiu a Comunidade Europeia da Energia Atômica, 1957. Disponível em: < <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/index.htm#founding> > Acesso: 10/04/2012.

<sup>11</sup> INSTITUTIONS of European Union . Disponível em: < [http://europa.eu/institutions/inst/index\\_en.htm](http://europa.eu/institutions/inst/index_en.htm) > Acesso: 10/04/2012.

<sup>12</sup> “As a country with few raw materials and therefore heavily dependent of foreign trade, Denmark was eager to join the EEC from the earliest beginnings. When Great Britain, one of the nation’s major trading partners, became a member, Denmark followed suit” *The European Union – Denmark*, pp.65.

Em dezembro de 1974, os líderes políticos dos Estados membros instituem três reuniões anuais do Conselho, além de avançarem no processo que levaria, em 1979, às primeiras eleições diretas para o Parlamento Europeu.

Seguindo o processo de expansão da União, em 1981 a Grécia se junta aos demais membros no que seria o segundo alargamento.

É assinado, em 14 de junho de 1985, o Acordo de Schengen que mais tarde daria origem a Área de Schengen, território onde é garantida a livre circulação de pessoas. Segundo esse acordo, os países empreenderiam esforços para abolir as fronteiras internas em prol da criação de uma única fronteira externa, o que reestruturaria os controles de vistos e controle de fronteiras, além de intensificar a cooperação militar e judicial em relação à manutenção da segurança nessas áreas.

Em 1 de janeiro de 1986, Espanha e Portugal aderem à União, configurando o terceiro alargamento. Em fevereiro do mesmo ano, o Ato Único Europeu é assinado, representando mais um passo dos países na formação de um Mercado Interno Comum, posteriormente criado em 1 de janeiro de 1993 e na integração europeia, no que diz respeito a políticas de desenvolvimento e política externa, já presentes nos Tratados de Roma.

Entre os dias 9 e 10 de 1991, é assinado o Tratado de Maastricht, que entra em vigor em 1 de novembro de 1993. Também conhecido como o Tratado da União Europeia, o Tratado de Maastricht foi elaborado em meio ao período histórico marcado pela queda do Muro de Berlim, a reunificação da Alemanha e a derrocada da URSS. Considerando as mudanças advindas de uma nova reestruturação das relações internacionais, os países membros da comunidade viram terreno propício para a expansão de sua integração econômica, iniciando também a fase de integração política.

O Tratado de Maastricht tinha cinco objetivos essenciais: reforçar a legitimidade democrática das instituições, melhorar a sua eficácia, instaurar uma União Econômica e Monetária, desenvolver a vertente social da Comunidade e instituir uma política externa e de segurança comum.

Dentre os objetivos previstos no tratado, destaca-se a instauração da União Econômica e Monetária, pautada pela coordenação das respectivas políticas; o estabelecimento de regras de disciplina financeira encabeçados pelo Banco Central Europeu; a criação de uma moeda comum, o euro. Em se tratando do plano político-

judicial, o Tratado substitui o conceito de Comunidade Econômica pelo de União Européia, sendo esta composta por três pilares: as Comunidades Europeias (a CECA, a CEE, que passa a ser denominada Comunidade Europeia e a Euratom); a política externa e de segurança comum; a cooperação policial e judiciária em matéria penal. Além da evolução das instituições econômicas e políticas, o tratado previa uma maior cooperação nos âmbitos social, cultural, ambiental e a criação de uma cidadania comum europeia<sup>13</sup>.

No que se refere ao processo de alargamento da União, pode-se atribuir às decisões advindas das discussões em Copenhague<sup>14</sup> em 1993, a elaboração de uma série de critérios que padronizaram os requisitos necessários para a entrada de novos países membros. Dentre eles, encontram-se a estabilidade política e democrática, a presença do Estado de Direito, o respeito aos direitos humanos, uma economia estável capaz de se adaptar ao mercado e as exigências da União e instituições públicas voltadas à incorporação e à administração das regras da EU na prática.

Em 1 de janeiro de 1995, Áustria, Finlândia e Suécia aderem à União, consolidando o quarto alargamento. A Noruega, por sua vez, não adere ao bloco, tendo sua participação rejeitada por referendo no país.

Em 2 de outubro de 1997, é assinado o Tratado de Amsterdam, após uma série de negociações entre os então 15 Estados membros. O principal objetivo do Tratado consistia na maior integração política e institucional entre os países, inseridos em um contexto da globalização econômica, no aumento de fluxos migratórios, no combate a redes de crime internacionais, nos problemas ambientais como o aquecimento global, dentre outras questões. As mudanças previstas na agenda de negociações refletiam, portanto, a nova gama de assuntos em pauta, sendo necessário mudanças tanto na forma de abordagem dos novos problemas, como também nas próprias estruturas institucionais que possibilitariam as decisões.

Em 1 de janeiro de 1999, é iniciado o terceiro estágio da União Econômica e Monetária, com a adoção da moeda comum - o euro - por onze países, assim como o início

---

<sup>13</sup> TRATADO da União Europeia. Jornal Oficial nº C 191 de 29 de Julho de 1992. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11992M/htm/11992M.html>> Acesso: 10/04/2012.

<sup>14</sup>ENLARGEMENT and Neighbourhood Policy. Disponível em: <[http://europa.eu/abc/12lessons/lesson\\_3/index\\_en.htm](http://europa.eu/abc/12lessons/lesson_3/index_en.htm)> Acesso: 10/04/2012.

das atividades do Banco Central Europeu visando ao estabelecimento de políticas monetárias comuns.

O Tratado de Nice é assinado pelos membros no dia 26 de fevereiro de 2001, tendo como principais pontos a resolução de algumas questões institucionais provenientes do Tratado de Amsterdam, relacionadas principalmente às regras a serem seguidas para o alargamento da União Europeia com a candidatura de novos Estados<sup>15</sup>.

Em 13 de dezembro de 2002, o Conselho Europeu, reunido em Copenhague, dá um grande passo para a integração europeia ao elaborar as bases da “European Neighbourhood Policy” com o intuito de estreitar os laços de parceria com relação aos demais países da Europa, especialmente os do sul e leste europeus. Uma das principais decisões dos debates ali ocorridos consiste no acordo que aprova o quinto alargamento da União Europeia, com a entrada de 10 novos países, ocorrida em 1 de maio de 2004. (Chipre, República Tcheca, Estônia, Lituânia, Hungria, Malta, Polônia, Eslováquia, Eslovênia e Letônia).

As dinâmicas desenvolvidas internamente, na União Europeia, assim como as relações estabelecidas com os demais países e blocos regionais, vêm contribuindo para a discussão de um assunto-chave para o futuro da União, isto é, o ideal de uma Constituição Europeia, que tem sido foco de grandes debates nos últimos anos. Desde 2001, com a reunião do Conselho Europeu, manifestou-se a vontade das lideranças dos países em estruturar uma constituição que expandiria os princípios já contidos na Carta de Direitos Fundamentais elaborada pela Comissão Europeia em dezembro de 2000 e por sua jurisprudência. Desde então, um projeto de Tratado para a Constituição foi elaborado e discutido na Conferência Intergovernamental ao longo de 2003 e 2004. Em 29 de outubro de 2004, a Constituição Europeia é adotada pela União, e submetida à ratificação dos Estados partes. Entretanto, devido à rejeição da proposta em 29 de maio pela França e três dias depois, pela Holanda, os planos de implementação de uma Constituição Europeia foram frustrados, reabrindo-se então as negociações.

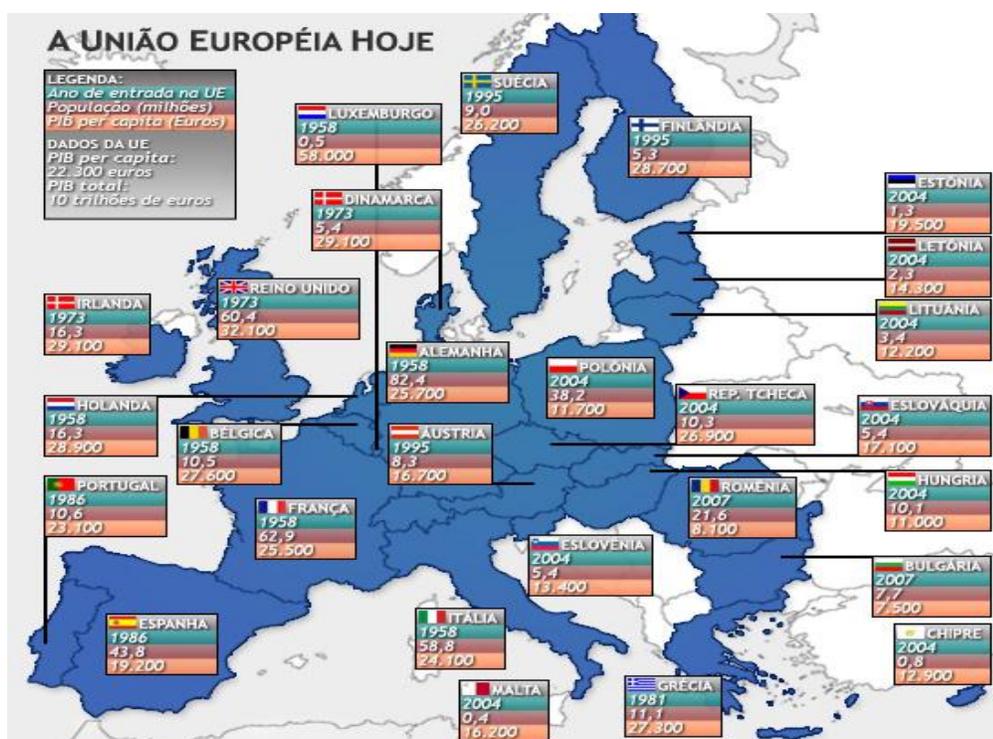
Em 1 de janeiro de 2007, a Bulgária e a Romênia ingressam oficialmente na União, configurando, assim, o sexto e mais recente alargamento da União Europeia.

---

<sup>15</sup> TRATADO de Nice, 2001. Disponível em:< [http://ec.europa.eu/dgs/secretariat\\_general/nice\\_treaty/](http://ec.europa.eu/dgs/secretariat_general/nice_treaty/)> Acesso: 10/04/2012.

No dia 13 de dezembro de 2007, os Estados membros assinam o tratado de Lisboa cujos principais tópicos dizem respeito às reformas nos antigos tratados, com uma maior democratização e transparência do Parlamento Europeu, ressaltando o papel dos cidadãos europeus e a modernização das instituições da União. Tudo isso com o intuito de adequá-las às novas exigências de uma estrutura interna, que consiste em um maior número de membros, e global, com a modificação e complexidade nas relações com os demais países e blocos regionais, além da introdução da Carta de Direitos Fundamentais elaborada pela Comissão em 2000.

**Figura 1: Mapa da União Européia**



Fonte: Globo Notícias, 2007. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/foto/0,,9265325,00.jpg>> Acesso: 20/04/2012.

## 1.2- A Dinamarca e a União Européia

Ao longo da história de formação da União Européia, a Dinamarca vem assumindo posições diversas quanto ao processo de intensificação das relações regionais. Se, por um lado, identifica-se um forte componente integracionista em esferas como as relações exteriores, os assuntos que dizem respeito às reformas institucionais domésticas, que

implicam perda de soberania em prol da União, ainda constituem um tabu no país, fato este que pode ser inferido tanto das posições assumidas pela Dinamarca nas instâncias de poder da União, quanto das decisões tomadas em âmbito interno, destacando-se o papel dos referendos na história de inserção da Dinamarca na UE.

A Constituição de 5 de junho de 1953 ainda hoje é vigente no país, embora tenha sofrido reformas ao longo das últimas décadas. Nela, está prevista a configuração do sistema político dinamarquês que é definido como uma monarquia parlamentarista, cuja rainha possui apenas funções formais e cerimoniais. Os principais órgãos políticos são o *Folketing*, o Parlamento dinamarquês; e o Governo que é formado pelo Primeiro Ministro e demais ministros que controlam o Poder Executivo. O *Folketing* é formado por 179 membros - sendo dois deles eleitos na Groelândia e outros dois nas Ilhas Faeroe - enquanto o Governo é nomeado pela Rainha, obedecendo, todavia, à uma complexa rede de barganhas e acordos entre os partidos que compõem o Parlamento. Juntos, os dois principais órgãos políticos cooperam na legislação. As eleições se dão de quatro em quatro anos, mas o primeiro ministro pode recorrer a elas, caso considere necessário ou caso tenha recebido por parte do parlamento um voto de desconfiança<sup>16</sup>.

Assim como posteriormente será destacado, a cultura de poder do povo dinamarquês (“*folkestyre*”) em decidir sobre assuntos da política externa do país pode ser historicamente relacionada à configuração jurídica dinamarquesa, expressa principalmente por uma especificidade em sua Constituição<sup>17</sup>. Segundo o Artigo 20<sup>18</sup> da Constituição dinamarquesa, as decisões relacionadas à transferência da soberania nacional a favor de organizações internacionais só podem ser aprovadas mediante uma maioria de 5/6 do

---

<sup>16</sup> THE OFFICIAL website of Denmark. “Political System: An Overview”, 2008. Disponível em: < <http://www.denmark.dk/en/menu/About-Denmark/Government-Politics/Political-System/Political-System-Overview/> > Acesso: 11/04/2012.

<sup>17</sup> LARSEN, Henrik. British and Danish European Policies in the 1990s: A Discourse Approach. European Journal of International Relations Copyright. SAGE Publications, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, Vol. 5(4), 1999, pp. 460-461.

<sup>18</sup> THE CONSTITUTIONAL Act of Denmark. Article 20: “(1) Powers vested in the authorities of the Realm under this Constitutional Act may, to such extent as shall be provided by statute, be delegated to international authorities set up by mutual agreement with other states for the promotion of international rules of law and cooperation.

(2) For the enactment of a Bill dealing with the above, a majority of five-sixths of the members of the Folketing shall be required. If this majority is not obtained, whereas the majority required for the passing of ordinary Bills is obtained, and if the Government maintains it, the Bill shall be submitted to the electorate for approval or rejection in accordance with the rules for referenda laid down in section 42.” Disponível em: < [www.folketinget.dk/pdf/constitution.pdf](http://www.folketinget.dk/pdf/constitution.pdf) > Acesso: 11/04/2012.

*Folketing*. Caso essa maioria não seja atingida, mas obtendo-se aprovações o suficiente para um projeto de lei ordinário, deve-se submetê-lo à consulta popular por meio de um referendo.

Anterior à adesão da Dinamarca às Comunidades Europeias (CECA, CEE e Euratom), duas tentativas de ingresso do país, juntamente com a Grã Bretanha, a Noruega e a Irlanda, haviam ocorrido em 1961 e 1967. Entretanto, diversos obstáculos, com destaque à histórica tensão entre França e Grã-Bretanha e devido à maior proximidade político-econômica anglo-dinamarquesa<sup>19</sup>, fizeram com que a entrada oficial do país fosse possível apenas em 1973, após referendo de 2 de outubro de 1972, no qual, segundo dados do governo dinamarquês, 56.7% dos votos foram favoráveis, enquanto 32.9% foram contra a adesão<sup>20</sup>.

Em junho de 1979, ocorrem as primeiras eleições diretas para o Parlamento Europeu. Naquele ano, a Dinamarca possuía 16 dos 410 assentos<sup>21</sup>.

Em 27 de fevereiro de 1986, ocorre o segundo referendo, dessa vez consultivo, concernente às relações entre Dinamarca e a comunidade europeia, tendo como pauta a aprovação da adoção pelo país do Ato Único Europeu, que altera algumas disposições dos Tratados de Roma. Do total de votos, 56.2% foram favoráveis, enquanto 43.8% foram contrários<sup>22</sup>. Este referendo teve como desdobramento prático o fim das discussões sobre a adesão do país à comunidade, iniciando, assim, os debates sobre as implicações de sua adesão à União Europeia. Uma das maiores tensões referentes a esse assunto consiste no referendo de 2 de junho de 1992, cuja pauta era a aprovação do Tratado de Maastricht.

Os resultados da votação do referendo na Dinamarca exprimiram a articulação de movimentos de oposição à integração, deixando patente a divisão das opiniões naquele referendo. Por 50.7% dos votos contra 49.3%, a incorporação do tratado é recusada pela

---

<sup>19</sup> HAEKKERUP, Per. Europe: Basic Problems and Perspectives : A Danish View. *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)*, Vol. 41, No. 1 (Jan., 1965), pp. 1-10.

<sup>20</sup> REFERENDA. Disponível em: <<http://www.folketinget.dk/default.asp?id={712E22B2-BB1A-424E-8348-FAFF78A62DAA}>> Acesso: 11/04/2012.

<sup>21</sup> Atualmente, a Dinamarca possui 14 dos 785 assentos do Parlamento Europeu. Disponível em:<[http://www.europarl.europa.eu/parliament/archive/elections2009/pt/hist\\_composition\\_pt\\_txt.html](http://www.europarl.europa.eu/parliament/archive/elections2009/pt/hist_composition_pt_txt.html)> Acesso: 11/09/2012.

<sup>22</sup> REFERENDA, 1972. Disponível em: <<http://www.folketinget.dk/default.asp?id={712E22B2-BB1A-424E-8348-FAFF78A62DAA}>> Acesso: 11/09/2012.

população dinamarquesa<sup>23</sup>, ocasionando grande inquietação política na comunidade europeia. O resultado do referendo deu visibilidade às tradicionais discussões acerca do embate entre os esforços de integração regional e a manutenção da soberania nacional patentes na diligência com a qual o governo dinamarquês trata os assuntos que exigem a renúncia de parte de sua soberania em favor de uma ordem supranacional.

**Figura 2: Referendos de Adesão à UE**

Data do referendo	Assunto do referendo	Número de votos válidos		Porcentagem da população votante		Resultado
		Sim	Não	Sim	Não	
2 de outubro de 1972	Adesão da Dinamarca às Comunidades Econômicas Europeias	1,958,043	1,135,755	56.7	32.9	A Dinamarca ingressa nas Comunidades Econômicas Europeias em 1 de janeiro de 1973
27 de fevereiro de 1986	Adesão da Dinamarca ao pacote do Ato Único Europeu (referendo consultivo)	1,629,786	1,268,483	42.0	32.7	A Dinamarca adere ao pacote do ato Único Europeu
2 de junho de 1992	Incorporação pela Dinamarca do Tratado de Maastricht	1,606,442	1,653,289	40.5	41.7	A Dinamarca não incorpora o Tratado de Maastricht
18 de maio de 1993	Incorporação pela Dinamarca do Tratado de Maastricht suplementado pelo Acordo de Edimburgo	1,930,391	1,471,914	48.6	37.0	A Dinamarca incorpora o Tratado de Maastricht suplementado pelo Acordo de Edimburgo
28 de maio de 1998	Incorporação pela Dinamarca do Tratado de Amsterdam	1,648,534	1,341,055	41,3 (55,1% dos votos válidos)	33,6 (44,9% dos votos válidos)	A Dinamarca incorpora o Tratado de Amsterdam
28 de setembro de 2000	Incorporação pela Dinamarca da moeda única europeia, o euro	1.620.468	1.842.699	46,8%	53,2%	A Dinamarca não incorpora a moeda única europeia, o euro

Fonte: Folketinget, 2009

Após a recusa do tratado, os debates foram aprofundados, culminando na adoção pelo *Folketing* de um “National Compromise”, documento que apresentava as reservas do

<sup>23</sup> REFERENDA, 1992. Disponível em: < <http://www.folketinget.dk/default.asp?id={712E22B2-BB1A-424E-8348-FAFF78A62DAA}> > Acesso:11/09/2012.

país em aderir ao Tratado de Maastricht. As demandas do governo ganharam destaque na reunião do Conselho Europeu em Edinburgo, em dezembro daquele ano, resultando na anexação de protocolos que expressavam as reservas da Dinamarca.

Cabe aqui explicar as principais questões que levaram a Dinamarca a negociar junto ao Conselho algumas das questões sensíveis a seu governo e que podem explicar a recusa da adesão em 1992. Tais questões estão mais bem expressas na forma das quatro reservas adotadas pelo Acordo de Edinburgo que dizem respeito à cidadania, à união econômica e monetária, à política de defesa e à justiça e a assuntos domésticos.

Em relação ao tema da cidadania<sup>24</sup>, a posição da Dinamarca consiste em sua abstenção de obrigações conexas a uma cidadania da União, reforçando assim que o direito de gozo dos privilégios e deveres inerentes à cidadania dinamarquesa não podem ser atribuídos a quaisquer outros cidadãos dos Estados membros da UE apenas pelo fato destes possuírem a cidadania da União<sup>25</sup>. Entretanto, o Artigo 8, alínea b do Tratado de Maastricht, ao qual a Dinamarca não apresentou reserva, dá o direito de nacionais de países membros da Comunidade Europeia de votar e de se candidatarem a eleições municipais no país. Em adição, o governo dinamarquês se comprometeu em formular marcos legislativos que possibilitassem o voto e a candidatura de nacionais dos países membros ao Parlamento Europeu, desde que os procedimentos fossem tomados obedecendo ao sistema legislativo nacional.

A questão da integração econômica e monetária talvez seja um dos assuntos mais caros à política externa dinamarquesa. A Seção B do Acordo de Edinburgo expressa a rejeição pela Dinamarca concernente a sua participação no terceiro estágio da União Econômica e Monetária. Essa postura tem como desdobramentos a não adoção da moeda comum, o euro; e a manutenção da autonomia nacional em relação às políticas monetárias e às demais regras aplicadas aos Estados participantes, tendo participação limitada no Banco

---

<sup>24</sup> SEÇÃO A do Tratado de Edinburgo: “The provisions of Part Two of the Treaty establishing the European Community relating to citizenship of the Union give nationals of the Member States additional rights and protection as specified in that Part. They do not in any way take the place of national citizenship. The question whether an individual possesses the nationality of a Member State will be settled solely by reference to the national law of the Member State concerned.” 1993.

<sup>25</sup> EDINBURGH Agreement. Annex 3: Unilateral declarations of Denmark, to be associated to the Danish act of ratification of the treaty on European Union and of which the eleven other member states will take cognizance declaration on citizenship of the union. 1993 Disponível em: < [http://www.eu-ophlysnigen.dk/fakta\\_en/denmark/edinburgh/](http://www.eu-ophlysnigen.dk/fakta_en/denmark/edinburgh/) > Acesso: 11/04/2012.

Central Europeu. A não adesão ao terceiro estágio de integração econômica, por outro lado, não anula sua participação na cooperação econômica até então desenvolvida.

Sobre o desenvolvimento de políticas de defesa, a Dinamarca optou por uma política de neutralidade com relação à defesa europeia, dando prioridade às políticas voltadas ao Atlântico, destacando-se as ações da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da qual tem sido membro desde sua fundação em 1949<sup>26</sup>. Em decorrência de sua decisão, o país possui participação limitada na elaboração de políticas de defesa da União. Além disso, compromete-se a renunciar ao exercício da presidência da União Europeia quando assuntos relativos à elaboração e à implementação de políticas de defesa estejam em pauta.<sup>27</sup>

A última cláusula de reserva diz respeito à justiça e aos assuntos domésticos. A Dinamarca discorda com a transferência de sua soberania em relação aos temas da justiça e do poder de polícia, apesar de concordar em tomar parte de cooperações intergovernamentais. Dessa forma, o Acordo de Edinburgh explicitou a restrição do país em transferir ao poder supranacional a competência sobre assuntos como o controle de fronteiras, asilo, imigração e jurisdição civil.<sup>28</sup>

Em 18 de maio de 1993, a incorporação do Tratado de Maastricht, suplementado pelo Acordo de Edinburgh, é referendada pelo governo dinamarquês, resultando em 56.7% de aprovação, enquanto 43.3% foram contrários<sup>29</sup>. Embora a margem entre os votos tenha sido pequena, o governo dinamarquês consegue aprovar seu ingresso na etapa de desenvolvimento político da União Europeia.

---

<sup>26</sup> PETERSEN, Nikolaj. Denmark's Foreign Relations in the 1990s. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 512, The Nordic Region: Changing Perspectives in International Relations (Nov., 1990), pp. 88-100.

<sup>27</sup> EDINBURGH Agreement. Declaration on Defence "The European Council takes note that Denmark will renounce its right to exercise the Presidency of the Union in each case involving the elaboration and the implementation of decisions and actions of the Union which have defence implications. The normal rules for replacing the President, in the case of the President being indisposed, shall apply. These rules will also apply with regard to the representation of the Union in international organisations, international conferences and with third countries." 1993. Disponível em: < [http://www.eu-oplysningen.dk/fakta\\_en/denmark/edinburgh/](http://www.eu-oplysningen.dk/fakta_en/denmark/edinburgh/) > Acesso: 11/04/2012.

<sup>28</sup> National Compromise "Denmark cannot agree to transfer sovereignty in the area of justice and police affairs, but can take part in the intergovernmental co-operation which has existed to-date. This means that Denmark cannot agree to parts of the third pillar being transferred to the area of supranational co-operation in the first pillar." pp. 3. Disponível em: < [http://www.eu-oplysningen.dk/emner\\_en/forbehold/](http://www.eu-oplysningen.dk/emner_en/forbehold/) > Acesso: 14/04/2012.

<sup>29</sup> Ibid.

Em 28 de maio de 1998, ocorre o referendo que incorpora à legislação dinamarquesa o Tratado de Amsterdam, aprovado por 55.1% dos votos favoráveis e 44.9% contrários<sup>30</sup>. As quatro reservas contidas no Acordo de Edinburgh estão presentes e são suplementadas por um Protocolo anexado ao tratado.

No dia 28 de setembro de 2000, a incorporação do euro como moeda comum na Dinamarca torna-se mais uma vez objeto de referendo, sendo novamente rejeitada por 53.2% dos votos contrários à incorporação e 46.8% a favor. Segundo dados do Eurobarômetro, em novembro de 1997<sup>31</sup>, 18% dos dinamarqueses entrevistados eram “Um pouco contra” e 42% eram “Muito contra” à adoção pelo país da moeda comum.

O Tratado de Nice, de 26 de fevereiro de 2001, é ratificado diretamente pelo *Folketing* em 1 de Junho de 2001<sup>32</sup>.

Um sétimo referendo na Dinamarca relativo à incorporação da Constituição da União Europeia estava agendado para o dia 27 de setembro de 2005, entretanto, devido à rejeição da proposta em 29 de maio pela França e três dias depois, na Holanda, o então Primeiro Ministro Anders Fogh Rasmussen decide suspender a consulta popular. Seguindo as discussões sobre a integração da União, em 29 de maio de 2008 é ratificado pelo Parlamento dinamarquês o tratado de Lisboa, assinado em 13 de dezembro de 2007 pelos membros da União Europeia<sup>33</sup>.

Observando-se o histórico de referendos da Dinamarca, constata-se uma forte divisão da população dinamarquesa no que concerne à posição do país como membro da União Europeia e seus desdobramentos em assuntos domésticos. Embora não caiba a este trabalho aprofundar as discussões acerca das motivações políticas, econômicas e sociológicas que levaram o povo dinamarquês a dizer “não” em dois dos seis referendos relativos à integração, é importante destacar algumas interpretações acerca do histórico

---

<sup>30</sup> REFENRENDA, 1998. Disponível: <http://www.folketinget.dk/default.asp?id={712E22B2-BB1A-424E-8348-FAFF78A62DAA}> Acesso: 14/04/2012.

<sup>31</sup> EUROBARÔMETRO. “Are you for or against the European Union having one European currency in all member states, including (your country)? That is, replacing the (name of national currency) by the European currency? Are you ...?”. 2000. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/public\\_opinion/cf/subquestion\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/public_opinion/cf/subquestion_en.cfm)> Acesso: 14/04/2012.

<sup>32</sup> O TRATADO de Nice. 2001. Disponível em: <[http://europa.eu/legislation\\_summaries/institutional\\_affairs/treaties/nice\\_treaty/index\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/nice_treaty/index_pt.htm)> Acesso: 14/04/2012.

<sup>33</sup> TRATADO de Lisboa. 2007. Disponível: [http://europa.eu/lisbon\\_treaty/countries/index\\_en.htm](http://europa.eu/lisbon_treaty/countries/index_en.htm) Acesso: 14/04/2012.

ceticismo da população com relação às vantagens que a integração da Dinamarca na União Europeia poderia proporcionar ao país.

Dentre os autores que discutem a questão, Henrik Larsen concentra-se na análise dos resultados dos referendos na Dinamarca sobre assuntos da EU, demonstrando alguns impactos de mudanças estruturais da União, na percepção dos dinamarqueses. O autor aponta que, ao observar-se a postura do país desde sua adesão, é possível inferir que a percepção da União Europeia por parte da Dinamarca tem sido pautada por um comportamento predominantemente pragmático. A União enfrenta dificuldades em afirmar-se nas esferas de influência política e institucional do país, que a vê muito mais como uma cooperação intergovernamental do que uma instituição supranacional<sup>34</sup>.

Larsen discute os possíveis motivos que ocasionaram o “não” no referendo de 1992. Dentre os fatores identificados, encontram-se pesquisas de opinião que constataram um baixo reconhecimento por parte dos dinamarqueses de uma identidade europeia em relação a sua identidade nacional no período do referendo <sup>35</sup>. Larsen, entretanto, procura argumentar que a não identificação dos dinamarqueses à União deve-se mais à discordância com relação a alguns aspectos da integração que poderiam resultar em um cerceamento da soberania nacional do que uma rejeição à qualquer forma de cooperação em relação aos demais países membros da União.<sup>36</sup>

---

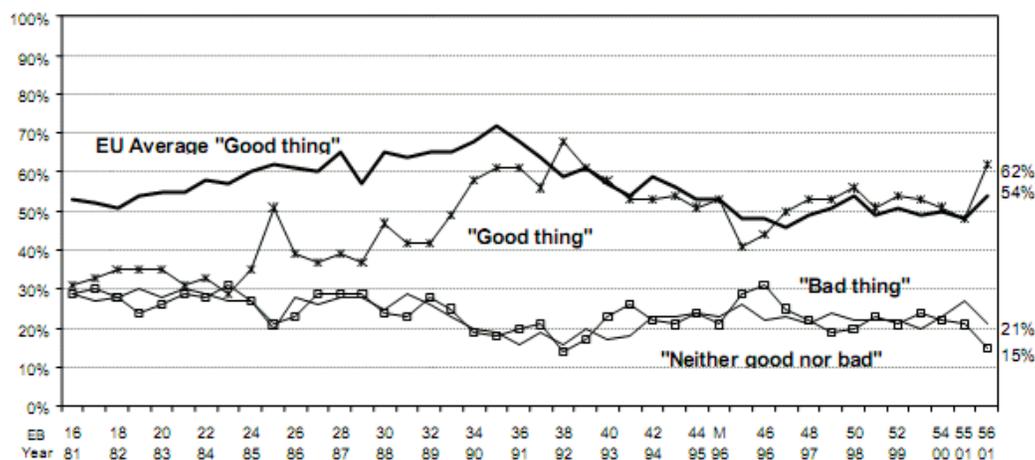
<sup>34</sup> INSTITUTIONAL and Political Culture, 2003/04. Disponível em: < <http://www.um.dk/Publikationer/UM/English/FactsheetDenmark/DenmarkAndTheEuropeanUnion/html/chapter01.htm> > Acesso: 14/09/2012.

<sup>35</sup> LARSEN, Henrik. British and Danish European Policies in the 1990s: A Discourse Approach. *European Journal of International Relations* Copyright. SAGE Publications, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, Vol. 5(4), 1999, pp. 455.

<sup>36</sup> LARSEN, Henrik. British and Danish European Policies in the 1990s: A Discourse Approach. *European Journal of International Relations* Copyright. SAGE Publications, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, Vol. 5(4), 1999, pp. 465-469.

**Figura 3: Apoio à União Europeia**

**Support for European Union membership  
(Denmark)  
1981 - 2001**



Fonte: Eurobarômetro, 2001, 56

De acordo com dados do Eurobarômetro<sup>37</sup>, a aprovação da participação da Dinamarca como membro da União Europeia tem sofrido aumentos ao longo dos últimos anos. Em setembro de 1973, 30% dos dinamarqueses entrevistados consideravam “Ruim”, enquanto 19% a consideravam “Nem boa, nem ruim”. Em março de 1986, os percentuais foram de 21% e 20%; e em outubro de 1992, 14% e 16%, respectivamente. Por outro lado, os dinamarqueses têm mantido altos percentuais de reprovação no que diz respeito à adoção da moeda única europeia, o euro. Em dezembro de 1995, 19% eram “um pouco contra”, enquanto 42 % da população era “muito contra”; em novembro de 1996, esse número correspondia a 18% e 43% respectivamente; e em novembro de 1997, 18% e 42%<sup>38</sup>.

A postura de “ceticismo” dinamarquês perante a comunidade europeia é analisada por Gorm Rye Olsen e Jess Pilegaard de maneira distinta de Larsen. Tendo em vista uma maior ênfase na esfera político-militar, os autores procuram explicar a posição da Dinamarca ao inseri-la em um “dilema de integração”, uma situação na qual “um Estado

<sup>37</sup> EUROBARÔMETRO. “Generally speaking, do you think that (your country's) membership of the European Community (Common Market) is ...? “.Comissão Europeia de Opinião Pública. 2001. Disponível em: < [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/cf/index\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/public_opinion/cf/index_en.cfm) > Acesso: 14/04/2012.

<sup>38</sup> EUROBARÔMETRO. “Are you for or against the European Union having one European currency in all member states, including (your country)? That is, replacing the (name of national currency) by the European currency? Are you ...?”. 2001. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/public\\_opinion/cf/subquestion\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/public_opinion/cf/subquestion_en.cfm) > Acesso: 14/04/2012.

tem de escolher entre abrir mão de uma parte substancial da sua soberania ou insistir na sua independência, correndo o perigo de ser abandonado”<sup>39</sup> (tradução livre). Dessa maneira, a Dinamarca, no período do entre guerras teria racionalmente optado por uma política externa autônoma. Após a Segunda Guerra Mundial, essa postura modifica-se, tendo o país passado a ter uma estratégia de influência nos assuntos externos ao participar em políticas de segurança em Organizações Intergovernamentais como a ONU e a OTAN, fortalecendo, dessa forma, sua posição perante os demais países.

Sørensen, procura discutir algumas das causas da grande manifestação de uma suposta postura de “euroceticismo” por parte da Dinamarca, procurando, por meio de uma tipologia própria, demonstrar que a Dinamarca vem apresentando grande aumento na aprovação da União Europeia, mesmo em âmbitos caros a seu governo como a segurança nacional e a integração econômica<sup>40</sup>.

Em seus apontamentos, a autora discute diversas correntes interpretativas, procurando relativizá-las. Dentre elas, argumentos que procuram explicar as atitudes da população relativas à União Europeia e o fator econômico, como o descontentamento gerado a partir de uma situação econômica doméstica desfavorável. Outros argumentos estão baseados na força de influência que “tradições nacionais” podem ter sobre a opinião pública, tendo em vista os elementos históricos de formação da identidade nacional. Por fim, Sørensen aponta interpretações relativas à periodização da entrada de países e o tempo decorrido desde sua adesão à União como fatores relevantes no impacto à forma como seus nacionais a veem<sup>41</sup>. Uma das suas principais conclusões consiste na necessidade de uma abordagem das especificidades que cada país possui no processo de formação da opinião pública, considerando uma diversidade de variáveis:

“(…) o euroceticismo de um país não pode ser adequadamente explicado sem se ter em conta uma combinação de fatores que são únicos àquele país. É por meio de estudos mais profundos e qualitativos de visões domésticas da UE que futuras pesquisas devem ser encorajadas. O importante, é que esse foco

---

<sup>39</sup> “a state has to choose between either giving up a substantial part of its sovereignty or insisting on its independence with the danger of being abandoned”

OLSEN, Gorm Rye & PILEGAARD, Jess. The Costs of Non-Europe? Denmark and the Common Security and Defence Policy. *European Security*, Vol. 14, No. 3, 339-360, September 2005 pp. 340

<sup>40</sup> SØRENSEN, Catharina. “Danish Euroscepticism: Unique or Part of Broader Patterns?”. *Danish Foreign Policy Yearbook 2008*. pp 89-95.

<sup>41</sup> Idem.

não pode estar restrito aos estudos de como a identidade nacional reage face à integração europeia. O que é necessário são pesquisas que combinam como os fatores específicos dos países influenciam as percepções públicas da UE e estudos dessas percepções já iniciados pela união. Na verdade, os altos e baixos da opinião pública relacionados à UE só poderão ser mapeados se ambos os fatores específicos desta e os fatores específicos do país em questão forem tidos em conta. O fato de que os fatores possam impactar diferentemente em tipos diferentes de euroceticismo torna como pré-condição necessária aos estudos o reconhecimento de naturezas multifacetadas do euroceticismo”<sup>42</sup> (tradução livre).

Embora as distintas correntes interpretativas tenham divergências quanto aos impactos da mudança de opinião pública, é fato que os índices do Eurobarômetro demonstram um aumento da aprovação por parte dos dinamarqueses da inserção do país na União, assim como uma maior sensação de beneficiamento com sua entrada na Comunidade Europeia (Mercado Comum) e o aumento da confiança da população em instituições tais como o Parlamento Europeu<sup>43</sup>. Paralelamente, a posição do governo dinamarquês tem-se mostrado mais aberta a negociações e ao diálogo com os demais Estados da União em assuntos de caráter institucional caros à política externa dinamarquesa tal como a defesa nacional. Visto isso, dentre as principais questões que ainda se encontram pendentes, na atual fase de integração política, está a adoção pela Dinamarca e demais países do novo sistema monetário europeu, o que concretizaria o ideal de uma Europa unificada economicamente.

---

<sup>42</sup> SØRENSEN, Catharina. “Danish Euroscepticism: Unique or Part of Broader Patterns?”. Danish Foreign Policy Yearbook 2008. pp 109.

<sup>43</sup> EUROBARÔMETER, 2001. Disponível em: < [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/cf/subquestion\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/public_opinion/cf/subquestion_en.cfm) > Acesso: 15/09/2012.

## **CAPÍTULO II: O SISTEMA EUROPEU**

### **2.1 – Criação do Novo Sistema Monetário Europeu**

O euro é um dos principais símbolos do atual estágio de integração econômica da União Europeia. Entretanto, para que seja possível a compreensão do que, de fato, a moeda única significa no processo de intensificação das relações entre os Estados-membros e, nesse contexto, entender a relutância da Dinamarca em adotá-la, faz necessária uma breve contextualização do que consiste o processo de cooperação econômica que deu origem à União Econômica e Monetária (UEM).

A necessidade da criação de uma moeda única europeia era sentida desde o período da crise da bolsa de Nova York em 1929, quando a vulnerabilidade das economias nacionais tornou-se evidente frente às grandes perdas provocadas pela crise econômica mundial daquele ano. Alguns anos após, em 1944, o Acordo de Bretton Woods, nos Estados Unidos, apresentava como resoluções as novas diretrizes econômicas que pautariam a reestruturação econômica em nível mundial no pós Segunda Guerra Mundial. Uma das maiores preocupações consistia na criação de mecanismos de governança da economia mundial e do fortalecimento das relações entre os Estados na forma de cooperação. Dentre as principais resoluções do Acordo, encontram-se a criação do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), hoje conhecido como Banco Mundial; e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Da mesma forma, o ouro torna-se o padrão de referência de câmbio monetário, estabelecendo-se a conversibilidade do dólar em ouro e, portanto, a supremacia da economia norte-americana. Em 1945 é fundada a Organização das Nações Unidas (ONU), um dos passos mais significativos na cooperação entre países<sup>44</sup>.

Os Estados Unidos neste momento pressionaram por maior unidade entre os países da Europa Ocidental, em parte para criar um contrapeso significativo ao bloco comunista que Stalin constituía na parte oriental do continente. Em um momento em que a Guerra Fria dividia a Europa e à Alemanha entre ideais comunistas e capitalistas nenhum Estado

---

<sup>44</sup> RUMO À MOEDA ÚNICA: síntese histórica da UEM. 2007. Disponível em: <[http://europa.eu/legislation\\_summaries/economic\\_and\\_monetary\\_affairs/introducing\\_euro\\_practical\\_aspects/125007\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs/introducing_euro_practical_aspects/125007_pt.htm)> Acesso: 15/06/2012.

isolado da Europa do século XXI tinha o mesmo poder e impiedade da Prússia de Bismarck, sob cuja liderança a Alemanha do século XIX já era uma união política de fato. As tentativas de integração monetária anteriores na Europa foram inibidas por duas guerras devastadoras em solo europeu. Neste cenário Winston Churchill declarou que “uma espécie de Estados Unidos da Europa era absolutamente necessária para se evitarem novas guerras”<sup>45</sup>

Assim como o capítulo I descreve, muito foi feito durante a década de 50 no que se refere à intensificação das relações no âmbito do continente europeu. Neste período os líderes da Europa Ocidental já haviam percebido que a esfera econômica era o melhor caminho para a união política. O economista francês, Jacques Rueff, declarou: “A Europa se fará pela moeda ou não se fará” (tradução livre)<sup>46</sup>

Desde a Declaração de Schuman em 1950, em que “o governo francês propõe que a produção franco-alemã de carvão e aço seja colocada sob uma Alta Autoridade comum, numa organização aberta à participação dos outros países da Europa”<sup>47</sup>, de forma a garantir uma base de desenvolvimento econômico comum na primeira etapa da Federação Européia, até a formação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA) em 1951; a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a da Comunidade Européia da Energia Atômica (Euratom) em 1957, a idéia de uma comunidade europeia integrada economicamente já se fazia presente, com a eliminação de tarifas comerciais e liberação da movimentação de bens, serviços, pessoas e capital.

A união monetária fora criada não só por motivos de tranquilidade financeira e de eficácia econômica, mas também com objetivos geopolíticos. Os políticos europeus estavam decididos a evitar a repetição das guerras mundiais devastadoras que haviam aflingido o continente europeu. A paz na Europa só seria viável se a Alemanha e a França deixassem de lado seu antagonismo histórico. A UEM e o euro foram os veículos escolhidos para a consecução deste fim louvável. Nas palavras de Paul Krugman, “(...) deveria ser o ápice de um empreendimento grandioso e nobre: o esforço de toda uma

---

<sup>45</sup> CHURCHILL, Winston. Citado em Vanthoor, 1996, pp. 62.

<sup>46</sup> RUEFF, Jacques. “L’Europe se fera para la monnaie, ou ne se fera pas” Citado em Marshall, 1999, pp.159.

<sup>47</sup> DECLARAÇÃO SCHUMAN, Feita em Paris, por Robert Schuman, no dia 9 de Maio de 1950. Disponível em: <http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000038001-000039000/000038326.pdf> Acesso: 15/06/2012

geração para trazer paz, democracia e prosperidade comum a um continente outrora e não raro devastado pela guerra”<sup>48</sup>

Entretanto, diversos fatores dificultaram uma profunda reforma no sistema monetário europeu, na época. Dentre elas, encontra-se a já citada conversibilidade dólar-ouro como mecanismo de estabilidade econômica. A situação só começa a mudar no final dos anos 50 com a desestabilização das moedas europeias devido a agitações no mercado que provocaram fortes flutuações do franco francês e do marco alemão.

Em 1969, uma maior coordenação das políticas econômicas e cooperação monetária foi proposta no relatório Barre, sendo um impulso decisivo à integração e a criação da UEM tornou-se um objetivo oficial da construção européia. A partir de então, os governos dos países da CEE passaram a empreender esforços para a criação da União Econômica e Monetária. Um grupo, encabeçado pelo ministro de Finanças de Luxemburgo, Pierre Werner, apresenta em 1970 o relatório final sobre os procedimentos que deveriam ser implementados para que tal objetivo fosse possível dentro de um período de 10 anos. O plano de integração econômica em três fases, previsto no relatório, é aprovado pelos governos e iniciado em março de 1971.

No mesmo ano, as pretensões do projeto de integração econômica europeia sofrem um golpe com o colapso do sistema de Bretton Woods, o qual é posto em xeque com a decisão norte-americana de permitir a flutuação do dólar, isto é, o fim da política de conversibilidade ouro-dólar, em agosto de 1971. Esta medida, que até então vinha assegurando a estabilidade da economia mundial, leva a um significativo atraso no desenvolvimento da integração da economia europeia em âmbito regional, intensificada com a eclosão da crise do petróleo no ano seguinte.

A retomada dos esforços para a criação de uma zona de integração econômica e monetária só foi possível no final da década de 70. Em março de 1979, durante a reunião do Conselho Europeu em Bruxelas, é criado o Sistema Monetário Europeu (SME). Os principais eixos do sistema eram três. Primeiro, criar uma unidade de conta de referência: o ECU; segundo, assegurar a fixação de taxas de câmbio comuns, mas ajustáveis aos países

---

<sup>48</sup> KRUGMAN, P. e A. New York Times Magazine, Can Europe be Saved?

membros da CEE; terceiro, introduzir um mecanismo de crédito no qual cada país comum<sup>49</sup>.

Com exceção do Reino Unido, todos os países passam a utilizar o sistema de câmbio fixo baseado no ECU (“European Currency Unit”) com o intuito de promover maior estabilidade em suas economias. As taxas eram calculadas em função de taxas centrais e bilaterais baseadas no ECU, unidade de conta europeia que era resultado da média ponderada das moedas dos países participantes. Eram autorizadas flutuações na margem de até 2,25% em relação às taxas bilaterais, sendo exceção apenas a lira italiana, que gozava de uma margem de 6%.

Com essa e outras medidas, ao longo de dez anos, o Sistema Monetário Europeu conseguiu promover relativa estabilidade das moedas dos países membros, assim como fortaleceu as relações entre eles. Todavia, no começo da década de 90, no contexto da derrocada da URSS e a reunificação da Alemanha, a reestruturação das relações políticas e econômicas na Europa levam a grandes desequilíbrios do SME e a consequente saída da lira italiana e da libra esterlina. Para impedir altas flutuações, que nesse período haviam sido expandidas para uma banda de 15%, em relação às taxas bilaterais, assim como eliminar as desvalorizações competitivas entre os Estados, os governos decidem retomar o projeto para a adoção de uma moeda única.

Em fevereiro de 1986, é assinado o Ato Único Europeu, que reforça o compromisso de integração econômica entre os países da CEE no âmbito monetário, que passa a ser considerado área de responsabilidade da Comunidade<sup>50</sup>. A reunião do Conselho Europeu em Hanover, em junho de 1988, criou um Comitê para o estudo da União Econômica e Monetária, o qual elaborou um relatório, conhecido como Relatório Delors, nome do então presidente da Comissão Europeia, que previa a instituição da União Econômica e Monetária (UEM) em um processo que compreendia três fases, além de diretrizes essenciais para que tal objetivo pudesse ser atingido: a coordenação de políticas econômicas entre os países, fontes de financiamento de déficits governamentais; a criação do Banco Central Europeu (BCE), instituição que seria responsável pela elaboração e

---

<sup>49</sup>ESTABILIDADE e Finanças. Disponível em: <[http://europa.eu/legislation\\_summaries/economic\\_and\\_monetary\\_affairs/index\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs/index_pt.htm)> Acesso: 15/06/2012.

<sup>50</sup> GOTSIS, Daniella; HAIDER, Ali; IVARS, Joanna & VAN DEN BERG, Marloes. Nationalism in Denmark and the Euro. pp 29.

aplicação de políticas monetárias comuns. Em junho de 1989, durante a reunião do Conselho Europeu de Madrid, é iniciada a primeira fase da UEM, que consistia na liberalização do fluxo de capitais a partir de julho do ano seguinte.

Os estudos e negociações conjuntas foram integrados, posteriormente, no Tratado da União Europeia ou Tratado de Maastricht, assinado em 7 de fevereiro de 1992. Além do conteúdo já anteriormente explicitado neste trabalho, o Tratado torna claro o projeto de construção da UEM como objetivo que seria cumprido até o final do século XX, observando as três fases, postas em prática, de acordo com um cronograma.

A primeira fase, iniciada em 1 de julho de 1990, tinha como diretriz a introdução de medidas que facilitariam o fluxo de capitais nos países membros. Neste sentido, as políticas econômicas estavam direcionadas à supressão dos controles cambiais. Outro fator importante foi o aumento dos recursos (fundos estruturais) destinados a minimizar os desequilíbrios entre os países membros. Essa fase tinha um caráter mais experimental, na medida em que seria papel do Conselho avaliar os resultados dos mecanismos adotados e optar por alterações neles para que pudessem promover maior convergência econômica entre os países.

A segunda fase, iniciada em 1 de janeiro de 1994, teve como principais objetivos desenvolver as medidas de liberalização de capitais, sendo acrescida da elaboração de políticas mais consistentes de financiamento dos Estados, assim como a consolidação de regras de supervisão das finanças públicas. Nesse sentido, os Bancos Centrais nacionais se tornam independentes e é criado o Instituto Monetário Europeu (IME) na cidade de Frankfurt, Alemanha. Composto pelos governadores dos Bancos Centrais dos membros da União, o IME veio reforçar a cooperação entre eles no desenvolvimento de políticas monetárias coordenadas, assim como introduzir os mecanismos necessários para a introdução e boa circulação de uma moeda única.

A terceira fase, que consiste, de fato, no início da União Econômica e Monetária, inaugura uma série de regras vinculativas que dizem respeito a diversos âmbitos, como a elaboração de políticas monetárias e econômicas, confiadas ao Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), que compreende o Banco Central Europeu (BCE), instituído em 1 de junho de 1998 em substituição ao IME, e os Bancos Centrais nacionais. Nessa etapa, o BCE torna-se a única entidade habilitada a autorizar a emissão de notas e moedas na zona

do euro, assim como passa a representar interesses do bloco nas relações com as diversas instituições e órgãos financeiros da Europa, outros países e órgãos internacionais.

É também nessa fase que a moeda única europeia entra em circulação nos países que atingem o grau de convergência econômica. Segundo os critérios previstos no Tratado, no artigo 121 do Tratado de Roma que institui a Comunidade Europeia<sup>51</sup>, o grau de convergência econômica é baseado em quatro aspectos<sup>52</sup>:

O primeiro consiste na estabilidade de preços. O Artigo 121 do Tratado dispõe que é necessário à convergência econômica do membro observar “a realização de um elevado grau de estabilidade dos preços, que será expresso por uma taxa de inflação que esteja próxima da taxa, no máximo, dos três Estados-Membros com melhores resultados em termos de estabilidade dos preços”. Foi acordado que, na prática, essa taxa de inflação não poderia ultrapassar em mais de 1,5% a média dos países que apresentam as melhores taxas.

O segundo é o controle das finanças públicas. De acordo com o Tratado, o país deve promover “a sustentabilidade de suas finanças públicas, que será traduzida pelo fato de ter alcançado uma situação orçamental sem déficit excessivo, determinado nos termos nº 6 do artigo 104”<sup>53</sup>. As finanças públicas de um país membro são analisadas de acordo com o valor do déficit público anual, que não deve exceder 3%; e da dívida pública, a qual não pode exceder o valor correspondente a mais de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

A estabilidade das taxas de câmbio é apontada como outro critério de convergência. Segundo o Tratado, é necessária “a observância, durante pelo menos dois anos, das margens normais de flutuação previstas no mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu, sem ter procedido a uma desvalorização em relação à moeda de qualquer outro Estado-Membro”. Isso quer dizer que as taxas devem ser mantidas dentro da margem de flutuação vigente durante os dois anos anteriores.

---

<sup>51</sup> TRATADO que instituiu a Comunidade Europeia (Versão compilada 1997). *Jornal Oficial* nº C 340 de 10 de Novembro de 1997. Disponível em: < <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/index.htm#founding> > Acesso: 15/06/2012.

<sup>52</sup> INTRODUÇÃO do Euro: critérios de convergência, 2006. Disponível em: <[http://europa.eu/legislation\\_summaries/economic\\_and\\_monetary\\_affairs/institutional\\_and\\_economic\\_framework/125014\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs/institutional_and_economic_framework/125014_pt.htm)> Acesso: 15/06/2012.

<sup>53</sup> Termo nº 6 do artigo 104 do Tratado de Roma de Instituição da CEE: “6. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob recomendação da Comissão, e tendo considerado todas as observações que o Estado-Membro interessado pretenda fazer, decidirá, depois de ter avaliado globalmente a situação, se existe ou não um déficit excessivo.”

Por último, o Tratado ainda dispõe que “o caráter duradouro da convergência alcançada pelo Estado-Membro e da sua participação no mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu deve igualmente refletir-se nos níveis das taxas de juro a longo prazo”. Isso implica, na prática, uma estabilidade da taxa de juros que, segundo o acordo, não pode variar mais de 2% em relação à média dos três países cujas taxas foram mais baixas.

O regulamento para o bom funcionamento desta fase foi acordado pelos países em junho de 1997, no denominado Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), durante a reunião do Conselho Europeu em Amsterdam. Além de prever uma maior disciplina orçamentária, o acordo torna possível a aplicação de sanções a qualquer membro da zona do euro cujo déficit orçamental exceda os 3%. Pelo fato de ter sido considerado muito severo, algumas reformas, nesse acordo, foram feitas em março de 2005.

Assim como consta no capítulo I, a aprovação do tratado da União Europeia enfrentou algumas dificuldades no que tange ao desenvolvimento da integração econômica entre os países. Esse fato pode ser claramente observado nas negociações que o sucederam, feitas pelo Reino Unido, por meio de uma cláusula de reserva relativa a seu ingresso na terceira fase da UEM. É de essencial importância para este trabalho, a repercussão, na Dinamarca, dos quatro pontos abordados no Acordo de Edimburgo: a cidadania, a união econômica e monetária, a política de defesa e a justiça e assuntos domésticos.

Em 1999, o euro é introduzido em 11 países europeus (Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal), mas era utilizado apenas para fins contabilísticos como, por exemplo, pagamentos eletrônicos. Ao longo dos três anos que se passaram desde a inserção do euro como moeda escritural, as moedas nacionais continuaram em circulação. Dessa forma, os principais sistemas de pagamentos de pequenos montantes, tais como cartões de pagamento, transferências bancárias e cheques foram, aos poucos, sendo adaptados para receber o euro como moeda obrigatória.

A Grécia adota o euro em 2 de janeiro de 2001. Notas e moedas passam a circular apenas três anos mais tarde, em 1 de janeiro de 2002, substituindo então, legalmente, as

moedas nacionais com taxas de conversão irrevogáveis.<sup>54</sup> Em 2007, a Eslovênia adota o euro. Com a entrada, em 2008, de Chipre e Malta e, em 2009, da Eslováquia na zona do euro, os países que utilizam a moeda são 16 atualmente, dos 27 membros União Europeia.

Em Janeiro de 2008, o então ministro das Finanças da Alemanha, Peer Steinbrück declarou: “Meus sentimentos sobre o sucesso do euro é quase de euforia. É um dos maiores casos de sucesso da história da comunidade Europeia”<sup>55</sup>. Steinbrück Não estava sozinho sobre a sua opinião sobre a primeira década do euro e da união monetária na Europa; em maio de 2008 a Comissão Europeia descreveu a união monetária nos seguintes termos:

“Sucesso retumbante (...). No intervalo de uma década (o euro), tornou-se, sem dúvida a segunda moeda mais importante do mundo; trouxe estabilidade econômica; promoveu integração econômica e financeira e gerou comércio e crescimento entre seus membros; e seu arcabouço para finanças públicas sólidas e sustentáveis ajuda a garantir que as gerações futuras continuem a se beneficiar dos sistemas sociais pelos quais, com justiça, a Europa é famosa”<sup>56</sup>

O início da terceira fase da UEM significou uma maior cooperação entre os países membros na convergência de políticas econômica e monetária, assim como o maior controle multilateral das obrigações contraídas por eles em relação as suas próprias economias internas, com destaque para déficits orçamentais. Dentre os resultados esperados pelos membros da União estão o crescimento econômico, o aumento de empregos e do bem-estar social, assim como uma maior capacidade de reação do bloco regional frente às crises econômicas e financeiras mundiais, possibilitando uma ação rápida e coordenada.

## **2.2 – Direito na União Europeia**

É comum apontar-se a unidade cultural da Europa como uma consequência de Roma, “que sintetizou as instituições jurídicas e sociais romanas com o espólio helênico e o

---

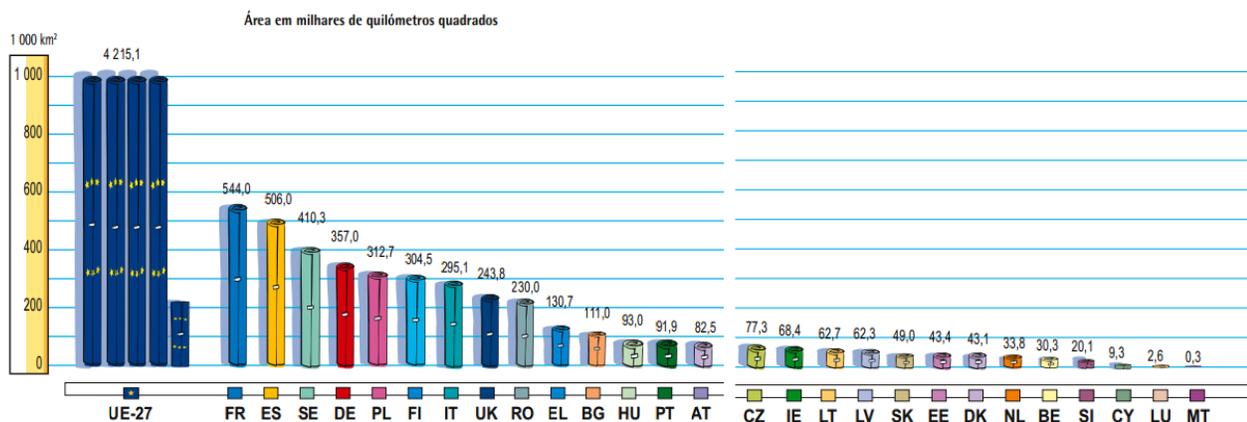
<sup>54</sup> UTILIZAÇÃO do Euro, 2000. Disponível em: < <http://www.ecb.europa.eu/euro/intro/html/index.pt.html> > Acesso: 15/06/2012.

<sup>55</sup> STEINBRÜCK, Peer. Citado em Marsh, 2009, pp.219

<sup>56</sup> COMISSÃO EUROPEIA, 2008

ideário judaico-cristão”<sup>57</sup>. A identidade europeia é decorrente de muitos anos de história e tradições em um vasto continente, que abrangem uma área de mais de quatro milhões de quilômetros quadrados entre os seus 27 Estados-Membros.

**Figura 4: Área da UE em Milhares de quilómetros quadrados**



Fonte: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias – Luxemburgo, Maio de 2007. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/publications/booklets/eu\\_glance/66/pt.pdf](http://ec.europa.eu/publications/booklets/eu_glance/66/pt.pdf)> Acesso: 15/07/2012

Apesar de tantas guerras e desavenças durante décadas nesta região, a estrutura que se criou com a União Europeia, nestes mais de cinquenta anos, representa um salto grandioso dado pelos cidadãos europeus, na construção de uma sociedade democrática e pluralista, calcada em sólidos fundamentos e garantias de respeito aos direitos fundamentais. O sucesso ou insucesso das várias tentativas de integração europeia “há-de fazer-se pela via do Direito, há-de ser jurídica, num sistema jurídico em que os administrados se revejam culturalmente na *ratio legis*”<sup>58</sup>.

De forma a reforçar a execução do direito, as Comunidades Europeias foram dotadas de órgãos que adquiriram a designação de Instituições Comunitárias. O artigo 7º do Tratado que instituiu a Comunidade Européia menciona o Parlamento Europeu, o Conselho da União Européia, a Comissão Européia, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas como suas cinco grandes instituições. As mesmas estão cometidas em um quadro

<sup>57</sup> MOTA, João. Direito Comunitário, 1994, pp. 72

<sup>58</sup> GOMES José. Lições de Direito da União Europeia, 2009, pp.68

institucional único, previsto pelo artigo 3º do Tratado da União Europeia<sup>59</sup> como responsáveis pelo processo de tomada de decisões e execução de medidas adotadas sobre os três pilares da União – as fontes primárias, as fontes derivadas e as fontes de direito subsidiário do direito da União.

O Parlamento Europeu (PE) funciona desde 1979, com sua sede estrategicamente localizada entre as fronteiras da França e Alemanha, na cidade de Estrasburgo, que simboliza a reconciliação da Europa após as duas grandes guerras. Composto por 736 deputados europeus eleitos por cerca de 500 milhões de cidadãos dos 27 Estados-Membros da UE para um mandato com duração de cinco anos; o PE representa a única assembleia parlamentar multinacional que existe no mundo e a única instituição da União Europeia diretamente eleita pelos cidadãos.

Os deputados Europeus organizam-se em um total de sete grupos políticos. Segundo o artigo 14 [9a] do Tratado da União Europeia, os representantes do Parlamento Europeu “(...) não devem exceder 750 em número, mais o presidente. A representação deve ser proporcional, com um limiar mínimo de seis políticos por Estado-Membro, sem ultrapassar 96 assentos” (tradução livre)<sup>60</sup>.

Os sucessivos tratados europeus têm vindo a ampliar as competências do Parlamento em matérias de elaboração do orçamento das leis da União Europeia, além de intensificar a fiscalização política que os deputados europeus exercem sobre as demais instituições e órgãos da União. O Parlamento exerce igualmente sua influência na política externa da União Europeia. Com um papel extremamente relevante no âmbito supranacionais, atualmente, questões relacionadas à acordos internacionais e alargamentos da UE está subordinado a aprovação de seus deputados membros, que cada vez mais mantêm elos estreitos com os legisladores de todo o mundo.

Cabe ao Parlamento Europeu o seu assentimento à maior parte dos acordos internacionais celebrados pela União, de forma a promover seus valores e interesses, além do desenvolvimento do direito internacional através da sua contribuição para a paz,

---

<sup>59</sup> Jornal Oficial da União e Europeia. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2006:321E:0001:0331:PT:pdf>> Acesso: 20/07/2012

<sup>60</sup> THE EUROPEAN PARLIAMENT, Article 14 [9a] “(...) They shall not exceed seven hundred and fifty in number, plus the president. Representation of citizens shall be progressively proportional, with a minimum threshold of six members per Member State. No Member State shall be allocated more than ninety-six seats” Disponível em: <http://www.openeurope.org.uk/Content/Documents/PDFs/comparative.pdf> Acesso: 18/09/2012

segurança, desenvolvimento sustentável do planeta, solidariedade entre os povos, comércio livre e equitativo, erradicação da pobreza e proteção dos direitos do homem, dentre outras ações internacionais que são trabalhadas juntamente com o Conselho da União Europeia.

Este grau e complexibilidade de integração existente atualmente na Europa foi acompanhado por outras áreas do mundo, como nas Américas – com o NAFTA e o MERCOSUL -, na África – com o SADC -, ou ainda na Ásia – ASEAN. Em um mundo cada vez mais interdependente, são muitas as iniciativas entre os Estados, mas o destaque maior tem alcançado a União Europeia, que, ao demonstrar-se sensível às suas relações com o exterior, formou o maior bloco regional do planeta. Como discorre LOPES PORTO (1997)<sup>61</sup>, começou-se a constatar-se, todavia, a debilidade da generosidade dos movimentos, assumindo-se o movimento europeu como o único que, não obstante algumas dificuldades nos anos 70, se foi afirmado em nível mundial.

Para se chegar ao estágio em que se encontra a União Europeia atualmente, passo a passo da integração foi dado com seriedade o bastante para que os países europeus fossem aderindo a comunidade com o passar dos anos. Neste contexto, é primordial discorrermos sobre as etapas ou formas de integração de um Bloco, para entendermos mais claramente de onde começou e aonde se pode chegar.

Inicialmente, é proposta a garantia de um livre comércio multilateral. Baseada no liberalismo econômico, a Área de Livre Comércio promove uma liberdade de movimento da generalidade de produtos entre os países membros, com o princípio de que o comércio entre os países aderidos deve ser tão livre como se fosse um só país. Os Estados associados concordam em eliminar, progressivamente e reciprocamente obstáculos incidentes sobre os produtos negociados entre eles. Cada país membro, porém, possui ampla liberdade no que se refere à sua política interna, bem como na manutenção de sua política comercial própria em relação ao exterior.

Em sequência, com a União Aduaneira, além do comércio livre entre os Estados-Membros, passa-se a adotar uma política comercial uniforme em relação aos países exteriores à união, cobrando tributos iguais para o comércio com países que não são sócios do Grupo. Esses tributos são chamados de Tarifa Externa Comum, ou TEC. Portanto, a União Aduaneira é criada para eliminar restrições aduaneiras ao intercâmbio de

---

<sup>61</sup> LOPES PORTO, Manuel. Teoria da Integração e Política Comunitária. Coimbra Almedina, 1997, pp. 446.

mercadorias entre países partes e para estabelecer uma política tarifária uniforme com relação a países não parte do Bloco.

Neste passo, a seguir, o Mercado Comum vai ainda mais longe, atingindo uma forma mais elevada de integração econômica, em que são abolidas não apenas as restrições sobre os produtos negociados, mas também as restrições aos fatores produtivos, referente ao trabalho e capital. Essa livre circulação de mão de obra, capital e serviços permitir que pessoas de um país membro do Grupo trabalhem em outro, como se fossem nascidas ali; além disso, no Mercado Comum, as empresas podem se instalar ou investir indiscriminadamente em qualquer dos países sócios. Esta etapa da integração é caracterizada pelo afastamento não só das barreiras alfandegárias ao comércio como também pelo afastamento das barreiras não visíveis (non-tariff barriers) que impedem a concorrência plena entre as economias.

Finalmente, a União Econômica e Monetária é o tipo mais avançado de integração visto atualmente. Além de todas as características descritas nas fases anteriores, os países aderidos possuem a mesma moeda, proporcionada pela integração de suas políticas econômicas em nível avançado. Esta fase associa a superação de restrições sobre movimentos de mercadorias e fatores com um certo grau de harmonização das políticas econômicas nacionais, de forma a abolir as discriminações resultantes de disparidades existentes entre essas políticas, tornando-as o mais semelhante possível.

O único exemplo de uma União Econômica e Monetária no mundo é a União Européia, onde se circula o Euro como moeda única. O exemplo mais próximo dos brasileiros seria o MERCOSUL, onde já se especula o possível nome da moeda única do bloco que viria a substituir o Real, o Peso e o Guarani. Porém, esta ainda é uma realidade distante dos países da América do Sul, tendo em vista que o MERCOSUL ainda não atingiu, plenamente e na prática, sequer a fase da União Aduaneira.

Chegar ao estágio de integração em que se encontra a União Europeia atualmente exige muito trabalho e maturidade de seus Estados-Membros. Segundo a UNCTAD (2001)<sup>62</sup>, um traço particular da globalização contemporânea quando comparada a etapas pregressas, como, por exemplo, a da vigência do padrão-ouro, é a preeminência da

---

<sup>62</sup> UNCTAD – United Nations Conference on Trade And Development, 2001. Disponível em: <<http://www.unctad-docs.org/files/UNCTAD-WIR2011-Full-en.pdf>> Acesso: 27/10/2012

integração financeira. Os avanços na integração não deixa de ser um caminho sem volta, um fluxo contínuo, que depende do funcionamento harmônico de seus órgãos para que as tomadas de decisões sejam justas e que represente a vontade de todos os seus membros. Bem representado nas palavras do patriarca fundador da União Europeia, Jean Monnet, “nada é possível sem homens e mulheres, mas nada é duradouro sem instituições”<sup>63</sup>.

No caminhar histórico de integração da União Europeia, apesar das dificuldades e incertezas enfrentadas desde sua criação, atualmente já se fala em um novo passo que aumentaria ainda mais a unificação da região, a “União Política”. Reforçando esta ideia, as palavras de José Manuel Barroso, Presidente da Comissão Europeia, sobre o futuro da União Europeia como “uma federação democrática de Estados-Nação”<sup>64</sup>.

Em Junho de 2012, durante o Conselho Europeu, foi debatido o Rumo a Genuína União Económica e Monetária. Entre os projetos discutidos estava o de um quadro financeiro, económico e orçamentário integrado; outro tópico importante foi o da legitimidade democrática e responsabilidade, que teve o apoio com a assinatura de 11 Ministros dos Estados-Membros Estrangeiros, o que pode ser considerado como a primeira tentativa de se formalizar um projeto de União Política ao mais alto nível.

---

<sup>63</sup> MONNET, Jean. Citado em: O Fim do Euro. OVERTVELDT, Johan. 2001, pp. 2

<sup>64</sup> BARROSO, José Manuel. “a democratic federation of Nation States”, 2012. Foundation Robert Schuman – A Political Union for Europe. Disponível em <[http://www.robert-schuman.eu/doc/questions\\_europe/qe-252-en.pdf](http://www.robert-schuman.eu/doc/questions_europe/qe-252-en.pdf)> Acesso: 29/10/2012.

## **CAPÍTULO III - A POSIÇÃO DA DINAMARCA COMO UM ESTADO SOBERANO**

### **3.1 – A Moeda Dinamarquesa**

É possível afirmar que a moeda tem um forte poder no que concerne à representação da soberania nacional. Não fugindo ao senso comum, a coroa dinamarquesa, moeda utilizada no país desde o final do século XIX, tem-se tornado um símbolo do nacionalismo de considerável parte do povo dinamarquês frente ao processo de integração política e econômica da União Europeia.

A introdução da coroa dinamarquesa, que substitui o “rigsdaler” e “skilling”, como moeda corrente no país, data de 1875. Paralelamente, o padrão prata era, aos poucos, substituído pelo ouro e testemunhava-se uma expansão da economia mundial e da local. A necessidade de serem confeccionados meios de pagamento que fossem de manuseio mais prático era patente, gerando, assim, uma difusão do uso de notas ao invés de moedas. Até 1864, a coroa dinamarquesa era cunhada em Copenhagen, Kongsberg (Noruega) e Altona (atualmente território da Alemanha). A partir dessa data, a Casa Real da Moeda (“Royal Min”) de Copenhagen passa a ser a única autorizada à cunhagem. O símbolo de um coração, impresso nas moedas da Casa de Copenhagen foram substituídos por uma coroa em 1842, mas quando a coroa dinamarquesa é introduzida, o coração é reintroduzido<sup>65</sup>.

O histórico de integração econômica na Europa data de períodos que antecedem à estruturação da União Europeia. Dentre as tentativas mais relevantes de construção de sistemas monetários em âmbito europeu, destaca-se a iniciativa conjunta da Dinamarca, Suécia e Noruega em formar a União Monetária Escandinava (UMES), em 1873. A UMES fixou as taxas de câmbio da coroa suéca, da coroa dinamarquesa e da coroa norueguesa em termos de quantidade específica de ouro. Nesse sistema circulava uma moeda única - a coroa escandinava -, e os Bancos Centrais dos três países articulavam suas atividades para a criação de sistemas de crédito mútuo e aceitação de moedas dos demais membros. A intenção desses países, que já mantinham relações estreitas, era constituir uma união

---

<sup>65</sup>HISTORY of Danish Coinage, 2009. Disponível em: <[http://www.royalmint .dk/DKM/UK/ Royal Mint.nsf/side/History\\_of\\_Danish\\_coinage!OpenDocument](http://www.royalmint.dk/DKM/UK/Royal%20Mint.nsf/side/History_of_Danish_coinage!OpenDocument) > Acesso: 20/06/2012.

política e econômica, para o que consideravam condição necessária a manutenção de relações monetárias estáveis.

A cooperação monetária entre os três bancos centrais permitiu que a UMES funcionasse sem sobressaltos nas três primeiras décadas de sua existência. Entretanto, problemas políticos na região, durante os primeiros anos do século XX, fizeram com que a Suécia se retirasse da UMES em 1905; ao mesmo tempo que as políticas mais restritivas da Dinamarca atraíram fluxo de capital dos dois outros membros da UMES. A União ainda permaneceu até a Primeira Guerra Mundial, quando as mudanças no sistema monetário mundial e os entraves políticos decretaram seu fim<sup>66</sup>.

Os países escandinavos já estavam integrados em termos políticos, econômicos, culturais e monetários quando partiram para a união monetária integral. Entre Estados politicamente soberanos, observou Vanthoor, “a união monetária só é sustentável e irreversível caso se insira numa união política, em que as competências além da esfera monetária também sejam transferidas para uma entidade supranacional (...)”<sup>67</sup>. O que não podia ser notado neste caso escandinavo, talvez por um motivo de vontade limitada das partes ou de uma falta de estrutura política que garantisse um reforço a esta união.

Embora tenha passado por uma experiência similar à que atualmente consiste em um dos principais tabus da política econômica dinamarquesa, isto é, a adoção da moeda única, a Dinamarca parece estar bastante dividida internamente no que tange às vantagens e prejuízos de uma possível adesão à zona do euro.

O “não” testemunhado nos referendos de junho de 1992 (adesão ao Tratado de Maastricht) e de setembro de 2000 (adesão ao euro) expressa algumas peculiaridades do processo de integração o qual a Dinamarca vem desenvolvendo junto aos outros países da União Européia. Em se tratando do âmbito econômico, pode-se afirmar que uma análise mais aprofundada dos motivos que levaram, e ainda levam, a relutância da Dinamarca em ingressar na terceira fase do processo da UEM não pode se ater simplesmente à esfera econômica. Alguns autores, como Vaughne Miller, analisam algumas das dinâmicas

---

<sup>66</sup> PAVESE, Carolina Boniatti. A União Econômica e Monetária e a Dinâmica da Integração Européia: Uma Abordagem das Relações Internacionais, 2007. pp 71. Disponível em: [http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/defesas/Mestrado\\_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/defesas/Mestrado_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf) Acesso: 20/09/2012

<sup>67</sup> VANTHOOR, W. pp.133

internas, com destaque à articulação das forças políticas na campanha que antecedeu o referendo de 2000<sup>68</sup>.

Como já foi destacado no capítulo anterior, embora o Tratado de Maastricht tenha sido aprovado pelo Parlamento dinamarquês, o Folketing, por 130 votos a 25, e 20 abstenções, a Constituição do país previa que qualquer assunto que dissesse respeito à soberania nacional deveria ser referendado pela população caso não fosse alcançada uma maioria de 5/6 do parlamento nas votações<sup>69</sup>. Dessa forma, em 2 de junho de 1992, os dinamarqueses votam contra a adoção do Tratado de Maastricht. Sobre esta não adesão, o então diretor do Tesouro francês e futuro presidente do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, afirmava que “a Dinamarca deve ser punida por essa tolice”<sup>70</sup>. O que nunca aconteceu.

O Tratado somente é aprovado em novo referendo, em 18 de maio de 1993, após intensas negociações que culminaram no Acordo de Edimburgo, anexado ao Tratado de Maastricht. Dentre suas resoluções, o Acordo previa a não adesão da Dinamarca à terceira fase da UEM e, portanto, a não adoção do euro.

Se a relevância da adesão à nova fase de integração econômica foi mitigada pela presença de três outras questões chave nas relações internacionais da Dinamarca<sup>71</sup>, o referendo de setembro de 2000 para confirmar este aspecto como assunto de extrema importância para a população dinamarquesa. Dentre os mais de 85% de cidadãos que participaram do referendo, 53,2% foram contrários à adoção do euro pela Dinamarca, enquanto 46,8% foram a favor<sup>72</sup>.

---

<sup>68</sup> MILLER, Vaughne. The Danish Referendum on Economic and Monetary Union. House of Commons Library Research Papers, 2000. Disponível em: <[www.parliament.uk/commons/lib/research/rp2000/rp00-078.pdf](http://www.parliament.uk/commons/lib/research/rp2000/rp00-078.pdf)> Acesso: 20/06/2012

<sup>69</sup> THE CONSTITUTIONAL ACT OF DENMARK. Article 20: “1) Powers vested in the authorities of the Realm under this Constitutional Act may, to such extent as shall be provided by statute, be delegated to international authorities set up by mutual agreement with other states for the promotion of international rules of law and cooperation.

(2) For the enactment of a Bill dealing with the above, a majority of five-sixths of the members of the Folketing shall be required. If this majority is not obtained, whereas the majority required for the passing of ordinary Bills is obtained, and if the Government maintains it, the Bill shall be submitted to the electorate for approval or rejection in accordance with the rules for referenda laid down in section 42.” Disponível em: <[www.folketinget.dk/pdf/constitution.pdf](http://www.folketinget.dk/pdf/constitution.pdf)> Acesso: 20/06/2012.

<sup>70</sup> Marsh, D. 2009, pp.

<sup>71</sup> O Acordo de Edimburgo expressava quatro pontos aos quais a Dinamarca não concordava no texto original do Tratado de Maastricht: a cidadania européia; a união econômica e monetária; a política de defesa; e a justiça e assuntos domésticos.

<sup>72</sup> PETERSEN, Hanne. Paradoxes of European Legal Integration, 2008, pp. 88

Em 11 de março de 1998, é eleito para o cargo de primeiro Ministro o social democrata Poul N. Rasmussen. Em janeiro de 1999, quando foi iniciada a terceira fase da UEM, Rasmussen se declarou favorável ao euro, alegando que a adesão seria boa para o emprego e o estado de bem-estar social do país<sup>73</sup>.

Seguindo as discussões sobre a possibilidade de um novo referendo - agora tratando especificamente da posição do país em relação à União Econômica e Monetária - em 9 de março de 2000, o primeiro Ministro anuncia que tal votação ocorreria em 28 de setembro de 2000. Com um espaço de tempo de alguns meses, verificou-se uma verdadeira bipolarização dos partidos políticos, articulados nas campanhas pró (campanha do “JA”, sim) e contra o euro (campanha do “NEJ”, não).

Desde 1982, o governo vinha assegurando uma política de taxas de câmbio fixas em relação ao marco alemão e a outras moedas importantes do Sistema Monetário Europeu. Em 1992, a coroa dinamarquesa ingressa no SME e, em setembro de 1998, apesar de não fazer parte da UEM, a Dinamarca faz um acordo com o Banco Central Europeu para participar do novo arranjo das taxas de câmbio em relação à moeda única introduzida, o “Exchange Rate Mechanism” ou ERM II<sup>74</sup>, estabelecendo uma banda de flutuação de 2,25% em torno de uma taxa central de paridade. Partidários do euro também argumentavam que as restrições e obrigações que incidiam sobre a coroa dinamarquesa, uma vez que esta pertencia ao SME, faziam com que poucas mudanças fossem necessárias no que diz respeito ao controle monetário.

Entretanto, esse e muitos outros argumentos foram rebatidos ou utilizados contra os “pró-euro” do ponto de vista econômico, pois não levavam ao encorajamento à adoção do euro, mas sim à simples manutenção do status quo.

Segundo dados do Banco Nacional Dinamarquês, o país tem sido bem sucedido em manter a estabilidade econômica e os altos níveis de bem-estar social, apesar de não aderir à zona do euro. No que concerne às finanças públicas, a flutuação da taxa de câmbio, que fixa a coroa dinamarquesa em relação ao euro de acordo com a segunda fase da UEM, tem-

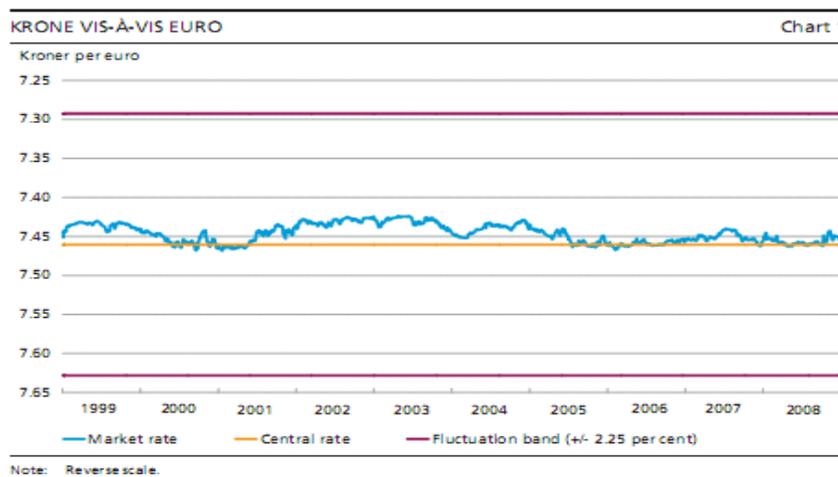
---

<sup>73</sup> MILLER, Vaughne The Danish Referendum on Economic and Monetary Union. House of Commons Library Research Papers, 2000, pp. 7. Disponível em: <[www.parliament.uk/commons/lib/research/rp2000/rp00-078.pdf](http://www.parliament.uk/commons/lib/research/rp2000/rp00-078.pdf)> Acesso: 22/06/2012.

<sup>74</sup> EXCHANGE RATE MECHANISM (ERM II) between the euro and participating national currencies (2007). Disponível em: <[http://europa.eu/legislation\\_summaries/economic\\_and\\_monetary\\_affairs/institutional\\_and\\_economic\\_framework/125082\\_en.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs/institutional_and_economic_framework/125082_en.htm)> Acesso: 24/06/2012.

se mostrado ainda mais estável do que especifica a banda de flutuação de 2.25%, em relação à paridade central de aproximadamente 7.45. Na prática, as ações do Banco Nacional seguem de perto o BCE. Entretanto, as taxas de interesse com relação ao euro sofreram aumentos nos últimos anos, devido principalmente às incertezas quanto à flutuação da coroa.

**Figura 5: Coroa x Euro**



Fonte: Danmarks Nationalbank, 2008. Disponível em:

<<http://www.nationalbanken.dk/DNUK/Publications.nsf/Publikationer.HTML?openview&RestrictToCategory=Report%20and%20Accounts>> Acesso: 22/06/2012.

Apesar de ter experimentado um “boom” em sua economia ao longo da década de 90, nos anos 2000 a Dinamarca vem sustentando baixos índices de crescimento, tendo seu PIB aumentado em cerca de 2% a 4%, nos últimos anos. Entretanto, quando comparado aos países que aderiram ao euro, o país demonstra melhor estabilidade econômica. A renda tem tido aumentos maiores do que a média dos países da zona do euro. Em 2008, o déficit público girava em torno de 33.5% do PIB do país, enquanto a média dos países da zona do euro era de 69.3%. As taxas de inflação giram em torno de 2.4%<sup>75</sup>.

Embora a Dinamarca tenha uma forte taxaçoão no que diz respeito a impostos e demais contribuições que devem ser pagas pelos cidadãos ao governo, o país é um dos que mais converte em serviços públicos a arrecadação realizada. Dessa forma, ao longo desses

<sup>75</sup> DANMARKS Naationalbank Report and Accounts, 2008. Pg. 10. Disponível em: <<http://www.nationalbanken.dk/DNUK/Publications.nsf/Publikationer.HTML?openview&RestrictToCategory=Report%20and%20Accounts>> Acesso: 12/06/2012

últimos anos, o estado de bem-estar social dos dinamarqueses vem se mantendo, inclusive com o aumento relativo dos gastos sociais como educação, saúde e serviços públicos no orçamento público. De acordo com o “Eurostat Yearbook 2009”<sup>76</sup>, em 2005, os gastos com a seguridade social consistiram em 30.1% do PIB do país, enquanto que nos países que adotaram o euro a média foi de 27.8%.<sup>77</sup> Da mesma forma, em 2005, o país foi o que mais investiu em educação (8.3% do PIB), sendo a média da zona do euro abaixo de 5%<sup>78</sup>.

A Dinamarca encontra-se entre os países da EU que mais investem em pesquisa e desenvolvimento, tendo gasto uma média de EUR 985.5 por habitante, cerca de EUR 5.349 bilhões no ano de 2006.<sup>79</sup> Dentre os membros da União Europeia, a Dinamarca é o que apresenta maiores ganhos médios por trabalhador de tempo integral na área de indústria e serviços. Em 2006, a média de ganho por trabalhador era de EUR 48 307 , contra uma média de EUR 35 mil por trabalhador da zona do euro<sup>80</sup> . As taxas de desemprego, que vinham aumentando de 5% em 2002 para 7% no final de 2003, tornam a baixar a partir de 2004, aproximando-se de 4%, uma das menores taxas da União Europeia. Para efeito comparativo, no período compreendido entre 2002 e 2007, a taxa de desemprego nos países que adotaram o euro era aproximadamente o dobro<sup>81</sup>.

---

<sup>76</sup> EUROSTAT Yearbook, 2009. Disponível em: <[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/product\\_details/publication?p\\_product\\_code=KS-CD-09-001](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/product_details/publication?p_product_code=KS-CD-09-001)> Acesso: 12/06/2012.

<sup>77</sup> Ibid. pp.257

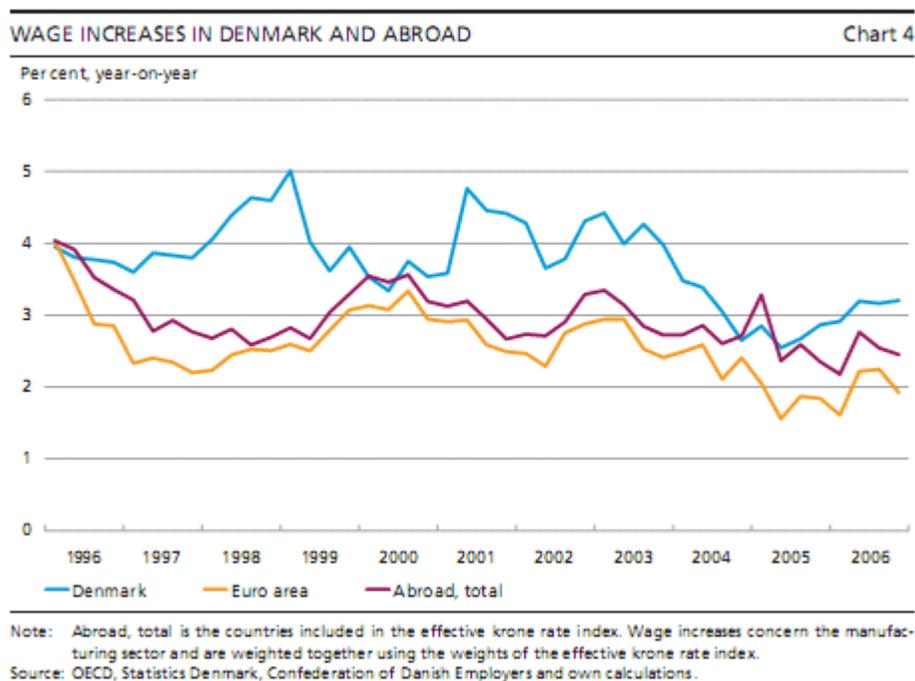
<sup>78</sup> Ibid. pp. 202

<sup>79</sup> Ibid. pp. 34

<sup>80</sup> Ibid. pp. 99

<sup>81</sup> Ibid. pp. 281

**Figura 6: Aumentos salariais na Dinamarca e no exterior**



Fonte: Danmarks Nationalbank, 2006

### 3.2 - Os Partidos Dinamarqueses no Referendo para o Euro

No ano de 1849 ocorreu uma adequação do poder da Família Real dinamarquesa à Monarquia Constitucional<sup>82</sup>, de forma que a realeza passou a representar apenas um papel cerimonial nas decisões governamentais. Nesse momento não foram criados partidos e os candidatos eram eleitos baseado em seus pontos de vista e princípios. Somente a partir do ano de 1870 o poder executivo e as principais decisões nacionais passaram a ser debatidas por grupos políticos no Parlamento (Folketing), atualmente constituído por 175 ministros de oito partidos dinamarqueses:<sup>83</sup>

<sup>82</sup> The first Danish Constitution was adopted in 1849. It has been amended several times since, most recently in 1953. The Danish constitutional act of 1849 was extremely liberal and contained provisions on I.A. universal suffrage, freedom of assembly, freedom of conscience and universal military service.

Disponível em: [http://www.ft.dk/English/~media/Pdf\\_materiale/Pdf\\_publicationer/Informationsark/Engelsk/Referenda.ashx](http://www.ft.dk/English/~media/Pdf_materiale/Pdf_publicationer/Informationsark/Engelsk/Referenda.ashx) > Acesso: 01/07/2012

<sup>83</sup> REFERENDA. Denmark is a representative democracy. This means that everyday political decisions are made by representatives elected by citizens; not by the citizens themselves, 2009. Disponível em: [http://www.ft.dk/English/~media/Pdf\\_materiale/Pdf\\_publicationer/Informationsark/Engelsk/Referenda.ashx](http://www.ft.dk/English/~media/Pdf_materiale/Pdf_publicationer/Informationsark/Engelsk/Referenda.ashx) > Acesso: 02/07/2012

- Social Democratas (Socialdemokratiet)<sup>84</sup>
- Social-Liberais (Det Radikale Venstre)<sup>85</sup>
- Conservadores (De konservative Folkeparti)<sup>86</sup>
- Liberais (Venstre, Danmarks Liberale Parti)<sup>87</sup>
- Extrema-Esquerda (Enhedslisten)<sup>88</sup>
- Socialistas de Esquerda (Socialistisk Folkeparti)<sup>89</sup>
- Extrema Direita (Dansk Folkeparti)<sup>90</sup>
- Liberal Alliance<sup>91</sup>

**Figura 7: Representação Partidária na Dinamarca**

Liberais (Venstre)	47
Social Democratas (Socialdemokratiet)	45
Extrema Direita (Dansk Folkeparti)	25
Socialistas de Esquerda (Socialistisk Folkeparti)	23
Conservadores (De konservative Folkeparti)	18
Social-Liberais (Det Radikale Venstre)	9
Extrema-Esquerda (Enhedslisten)	4
Liberal Alliance	3
Inuit Ataqatigiit (Groelandia)	1
Siumut (Groelandia)	1
Tjóoveldisflokkurin (Ilhas Faroe)	1
Sambandsflokkurin (Ilhas Faroe)	1
Grupos Independentes	1
<b>Numero Total de Membros</b>	<b>179<sup>92</sup></b>

Fonte: Folketinget, 2009.

<sup>84</sup> Partido Social Democratas. Disponível em: <<http://www.socialdemokraterne.dk>> Acesso: 03/07/2012

<sup>85</sup> PARTIDO Social-Liberais. Disponível em: <<http://www.radikale.dk>> Acesso: 03/07/2012

<sup>86</sup> PARTIDO dos Conservadores. Disponível em: <<http://www.konservative.dk/>> Acesso: 03/07/2012

<sup>87</sup> PARTIDO Liberal. Disponível em: <<http://www.venstre.dk/>> Acesso: 03/07/2012

<sup>88</sup> PARTIDO de Extrema-Esquerda. Disponível em: <<http://www.enhedslisten.dk/>> Acesso: 02/07/2012

<sup>89</sup> PARTIDO Socialistas de Esquerda. Disponível em: [www.sf.dk](http://www.sf.dk) Acesso: 03/11/2009

<sup>90</sup> PARTIDO de Extrema Direita. Disponível em: <<http://www.danskfolkeparti.dk>> Acesso: 03/07/2012

<sup>91</sup> PARTIDO Liberal Alliance. Disponível em: <<http://www.liberalalliance.dk/>> Acesso: 02/07/2012

<sup>92</sup> Of the 179 Members of Parliament (MPs), 175 are elected in Denmark, two are elected in the Faeroes and two in Greenland. Together with Denmark, the Faeroes and Greenland constitute the Unity of the Realm, and by an amendment of the Constitutional Act in 1953, they were each given two seats in the Danish Parliament. Texto Disponível no site oficial do Parlamento Dinamarquês: <[http://www.thedanishparliament.dk/About\\_the\\_Danish\\_Parliament/179\\_Members.aspx](http://www.thedanishparliament.dk/About_the_Danish_Parliament/179_Members.aspx)> Acessado em: 02/07/2012.

O Partido Social Democrata tem suas raízes no século XIX. Fundado no ano de 1871 por Louis Pio, Harald Brix e Paul Geleff, tinha como principal objetivo organizar a crescente classe de trabalhadores em uma função baseada no socialismo. Desde meados desse século, a Dinamarca tinha sido alvo de um processo contínuo de industrialização, em um momento em que os camponeses estavam mudando-se para as cidades e assumindo posições como trabalhadores. Dessa forma, o Partido surgiu pela demanda da população para as condições de vida justa e equitativa, além de seus direitos democráticos.

Um Partido com valores baseados nos direitos humanos e na convicção de que um futuro promissor está relacionado à liberdade, à igualdade e à fraternidade, e a uma política pautada em valores sociais democráticos que vão de encontro a qualquer forma de discriminação e desigualdade econômica. No período da expansão industrial na Dinamarca, o Partido Social Democrata tornou-se o maior grupo político do país, medido pelos votos na eleição de 1913, com a campanha “8 horas de trabalho, 8 horas de descanso, 8 horas de liberdade”<sup>93</sup> (tradução livre).

Desde sua formação até o ano de 1982, com apenas poucos intervalos excepcionais, o Partido Social Democrata detém as rédeas do governo nacional e, conseqüentemente, chegou a colocar sua marca em quase todos os aspectos de desenvolvimento da sociedade dinamarquesa. Mais recentemente, o Partido Social Democrata teve como Primeiro Ministro da Dinamarca um de seus membros, Poul Nyrup Rasmussen, durante o período de Janeiro de 1993 até Novembro 2001. Durante o seu mandato, Rasmussen promoveu o Referendo para a adoção do Euro no país.

Embora fosse pró-integração e a favor da entrada da Dinamarca na terceira fase da UEM, em 15 de novembro de 1999 o Primeiro Ministro inicia uma campanha que se pretendia “imparcial” e informativa das vantagens e desvantagens da adoção do euro com o slogan “Se você está em dúvida – pergunte”<sup>94</sup> (tradução livre). Entretanto, como pôde ser visto posteriormente, as articulações de interesses se tornaram claras, tendo a campanha do

---

<sup>93</sup> PARTIDO Social Democrata. “8 hours of work, 8 hours of rest, 8 hours of freedom” - Social Democrats: Glimpses of a Long Party History, 1913. Disponível em: <<http://s-dialog.dk/A-English+versionAlongpartyhistorydefault.aspx?site=english&func=article.view&menuAction=selectClose&menuID=123075&id=123074>> Acesso: 10/07/2012

<sup>94</sup> “If you are in doubt – ask”  
Ibid. pp. 17

“sim” contado com uma coligação entre os “Socialdemokraterne” (os sociais-democratas), partido de Rasmussen; o “Venstre” (Partido Liberal); “Det Radikale Venstre” (Social-Liberais); “Det Konservative Folkeparti” (Partido Conservador); e os “Centrum-Demokraterne” (os Centro-Democratas). Esse grupo tinha como base de apoio o empresariado dinamarquês, a maioria dos sindicatos e a mídia.<sup>95</sup>

Vários partidos dinamarqueses apoiavam a campanha Ja/Yes no referendo a favor do Euro, afirmando, como principais vantagens desta união, uma economia mais forte, a prevenção da fuga de capital do país, maior proteção a economia interna, a eliminação de oscilações de câmbio, além de impulsionar a influência da Dinamarca na União Europeia. Os Sociais Democratas lançaram uma vasta campanha que atingia a área rural, colocando ênfase nos benefícios econômicos da moeda única. O Partido Radical Liberal apostava também na estabilidade do euro em sua campanha pró-união monetária. O Partido Liberal era o movimento de maior empenho dentro do parlamento, apoiando a adoção do Euro tanto por razões econômicas como práticas. O Partido Conservador afirmava que a Dinamarca, como membro do Euro, teria uma relação mais reforçada com a Europa, de forma a usufruir mais amplamente de suas vantagens econômicas.

O Partido Liberal (Venstre) foi um grande aliado na campanha a favor do Euro. Fundado em 1870 como The United Venstre, representa o primeiro partido democrático da Dinamarca. Até a primeira eleição democrática do país, o trabalho do partido esteve focado em uma campanha baseada na democracia e no sufrágio universal, além da educação e da igualdade entre os sexos. A campanha foi um sucesso, de forma a implementar a democracia parlamentar no ano de 1901 e o voto feminino em 1915.

Desde 2001, pelo censo eleitoral, esse partido tem tido a maior representação no parlamento dinamarquês. De novembro de 2001 até abril de 2009, o Primeiro Ministro Dinamarquês foi Anders Fogh Rasmussen, também líder do partido Venstre. Ganhou popularidade e foi reconhecido como um líder eficaz tanto na Dinamarca como na UE, onde presidiu com êxito as negociações finais de alargamento do Leste Europeu, em 2003. Em 2008 Anders Rasmussen tornou-se o secretário geral da OTAN, deixando o cargo de Primeiro Ministro para um membro do mesmo partido, Lars Løkke Rasmussen, que assumiu em abril de 2009.

---

Em novembro de 1999, Anders Fogh Rasmussen lançou em seu governo uma campanha Pró-Euro, em que a Dinamarca se preparava para um referendo de adoção à moeda única europeia. Rasmussen, no jornal Berlingske Tidende (1998) disse: “Acredito que a decisão da UE em fazer uma moeda comum europeia tem promovido uma grande impressão no público. Simplesmente não há qualquer argumento válido para se permanecer mais tempo do lado de fora” (tradução livre)<sup>96</sup>.

A campanha do “sim” foi desenvolvida primordialmente com base em argumentos econômicos como o fortalecimento da economia dinamarquesa, a prevenção contra a evasão de divisas do país, o aumento de sua influência na UE, o aumento do bem-estar social e do emprego, a estabilidade das taxas de câmbio, etc.

Na campanha do “não”, uniram-se a extrema esquerda, a extrema direita e o Partido Cristão - de centro-direita - que, apesar de possuírem visões políticas totalmente díspares, sustentavam, por diferentes motivos, a não adesão da Dinamarca ao euro. Segundo Miller<sup>97</sup>, “o não-lobby tem-se caracterizado por dois extremos do espectro político, até as partes que em outras circunstâncias jamais teriam algo em comum” (tradução livre). Dentre os partidos estão o “Socialistisk Folkeparti” (Partido Socialista); o “Enhedslisten” (Aliança Vermelha-Verde), da esquerda revolucionária; o conservador “Dansk Folkeparti” (Partido Popular Dinamarquês); e o “Kristendemokraterne” (os Democratas Cristãos, originalmente “Kristeligt Folkeparti”, Partido Popular Cristão). Da união entre aqueles que tinham uma visão “euroceticista”, formaram-se duas principais organizações políticas antieuro: o “JuniBevægelsen”<sup>98</sup>, Movimento de Junho – organização política fundada em agosto de 1992, cujo nome advém do Referendo de 1992 que resultou, na época, na recusa à adesão ao Tratado de Maastricht – e o “Folkebevægelsen mod EU”, o Movimento Popular Contra a União Europeia, formado em 1972. Os antieuros tinham uma base de apoio que contava

---

<sup>96</sup> RASMUSSEN, 1998. “I believe the fact that the EU has decide to make a common European currency a reality has made a great impression on the public. There just aren’t any valid argument to remain on the outside anymore”

<sup>97</sup> MILLER, Vaughne. The Danish Referendum on Economic and Monetary Union. House of Commons Library Research Papers, 2000. “the no- lobby has been characterised by the two extremes of the political spectrum, until parties that under other circumstances would never have something in common”

<sup>98</sup> “The June Movement” é um partido dinamarquês eurocético criado em 23 de agosto de 1992, após a não adesão da Dinamarca ao Tratado de Maastricht. O movimento reconheceu a adesão da Dinamarca à UE, mas se opõe ao processo de maior integração européia, incluindo o Tratado de Lisboa; em geral o movimento quer apenas lidar com a EU sobre questões fronteiriças, tais como as políticas ambientais e comerciais. Disponível em: < <http://j.dk/> > Acesso: 10/07/2012

com setores públicos, profissionais liberais e jovens. Os grupos que iam de encontro à campanha de adesão à moeda europeia afirmavam que o alargamento da UE não significava uma adesão ao Euro.

Os pontos relevantes dessa campanha de oposição estavam baseados na erosão da soberania dinamarquesa, no aumento da burocracia europeia, no corte do bem-estar da população da Dinamarca e no aumento da imigração por países menos prósperos da UE. O grupo denominado People's Movement Party acredita que a moeda única avança no sentido da unificação política europeia, da harmonização tributária, do mercado de trabalho e das políticas sociais, portanto o grupo teme que o Euro tenha o seu maior impacto no sistema de 'bem-estar' dinamarquês. Segundo a BBC<sup>99</sup>, as campanhas contra o Euro resgatavam um valor ultranacionalista, anti-imigrantes, e utilizavam do populismo como munição para as questões principais da campanha. Além desses aspectos, os grupos populistas/nacionalistas afirmam que a adesão ao Euro representa uma traição à monarquia e à família real dinamarquesa, dando lugar ao multiculturalismo.

A campanha do “não” consistia em uma série de argumentos focados predominantemente nos aspectos políticos e sociais da Dinamarca. Pia Kjaersgaard, líder da ala direita do Partido Popular Dinamarquês, iniciou a principal campanha antieuro em 9 de abril de 2000 com o slogan “Mantenha a Coroa – vote Dinamarquês” (tradução livre)<sup>100</sup>. Nesse sentido, o jornal The Economist publica, poucos dias antes do referendo de setembro de 2000, uma reportagem que sintetiza os antieuro em basicamente três grupos:

”Primeiro estão os nacionalistas, os quais temem uma maior perda de soberania. Então, há a ala irritadiça dos democratas, os quais acreditam nas palavras de Niels Meyer, um notável cientista, a UE está arruinando a nossa democracia participativa. Terceiro, e mais à esquerda, estão aqueles que pensam que o excepcional estado de bem-estar da Dinamarca está sendo atacado por uma UE que, com os países da zona do euro beirando a um tipo de governo econômico da Europa, irá ganhar ainda mais controle sobre a seguridade social e impostos”<sup>101</sup>.

---

<sup>99</sup> BBC News. Danes Say No to Euro, 2000. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/947244.stm>> Acesso: 02/07/2012

<sup>100</sup> ”Keep the krone – vote Danish”

MILLER, Vaughne. The Danish Referendum on Economic and Monetary Union. House of Commons Library Research Papers, pg. 14-15. Disponível em: <[www.parliament.uk/commons/lib/research/rp2000/rp00-078.pdf](http://www.parliament.uk/commons/lib/research/rp2000/rp00-078.pdf)> Acesso: 02/07/2012.

<sup>101</sup> THE ECONOMIST. Those awkward Danes. setembro de 2000. Disponível em: <[http://www.economist.com/world/europe/displaystory.cfm?story\\_id=E1\\_PSQQTV](http://www.economist.com/world/europe/displaystory.cfm?story_id=E1_PSQQTV)> Acesso: 02/07/2012.

Basicamente, os partidários da campanha do “não” levantavam como principais argumentos a perda da soberania nacional, o aumento da burocracia, a diminuição do estado de bem-estar dinamarquês e o aumento dos fluxos migratórios advindos dos países economicamente mais pobres. Em adição, os argumentos econômicos de “melhora das condições econômicas, emprego e bem-estar” apresentados pelos pró-euro se faziam pouco convincentes pelo fato de a situação econômica dinamarquesa já estar baseada em altos níveis de bem-estar social e a população confiar na estabilidade da economia de seu país<sup>102</sup>. Segundo dados da OCDE<sup>103</sup>, em 2000, ano do referendo, as projeções do orçamento do país previam um crescimento de 2,1% do PIB, a taxa de inflação estava em torno de 3%, o desemprego era de 5,3% e a dívida pública era de 46,3% .

Segundo Miller<sup>104</sup>, um dos principais motivos para a reviravolta da opinião pública e a consequente vitória do “não” foi a falta de articulação do grupo pró-euro, que se encontrava desorganizado e cindido internamente. O autor destaca que:

”A campanha do “sim” sofreu cisões internas entre os partidos coligados com o Folketing semanas antes do referendo. Foi apenas em 24 de setembro que os cinco partidos líderes realizaram uma conferência de imprensa para assegurar aos votantes sua confiança na UEM como forma de fazer crescer a influência da Dinamarca na UE, a economia dinamarquesa e o estado de bem-estar social”<sup>105</sup>.

Ademais, um aspecto muito importante para a derrota do “sim” consistiu, segundo o autor, na estratégia mal-sucedida de defender o Euro, enfatizando-se o aspecto econômico em detrimento do político. O ceticismo dos dinamarqueses sobre as vantagens efetivas que o ingresso na terceira fase da UEM poderiam trazer ao país baseava-se, segundo Miller, muito mais na crença de que isso poderia converter-se em um passo inicial para a perda da soberania da Dinamarca, que se tornaria parte de uma espécie de “Estados Unidos da Europa”. A perda de soberania, por sua vez, poderia levar a uma série de problemas econômicos e sociais como a uma drástica diminuição do estado de bem-estar dinamarquês.

---

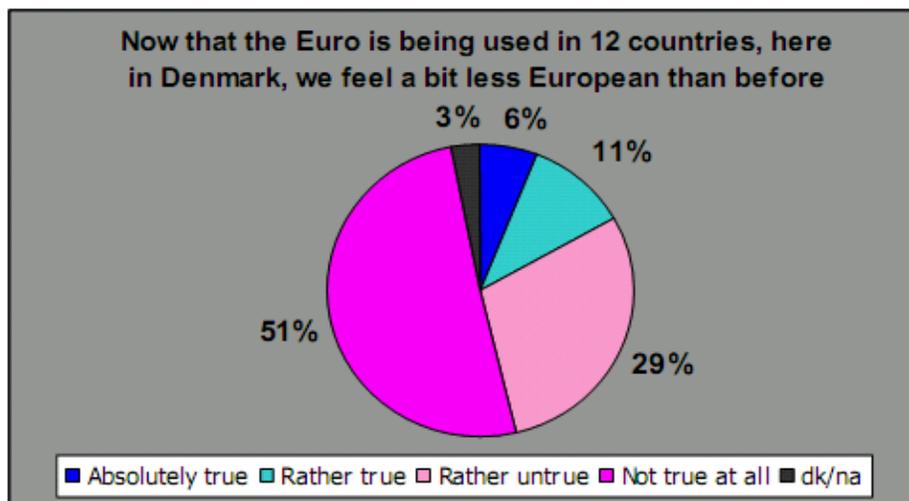
<sup>102</sup> GOSTI, Daniella; HAIDER, Ali; IVARS, Joanna & VAN DEN BERG, Marloes. Nationalism in Denmark and the Euro. 2002. pp 39-43.

<sup>103</sup> OECD. Country statistical profiles 2009: Denmark. Disponível em: <<http://stats.oecd.org/viewhtml.aspx?queryname=18150&querytype=view&lang=en>> Acesso: 10/07/2012.

<sup>104</sup> MILLER, Vaughne. Idem

<sup>105</sup> Ibid.

**Figura 8: Queda do sentimento de integração na Dinamarca após o uso do Euro nos 12 países da UE.**



Fonte: GOSTI, Daniella (at all). Nationalism in Denmark and the Euro. Dados de pesquisas do Eurobarômetro entre Março 2000 – Maio 2002

O autor conclui que os argumentos econômicos apresentados pela campanha do "sim" não foram suficientemente convincentes para que a população optasse pela adoção do euro, que exigiria uma profunda mudança não só em seu sistema monetário, mas também repercutiria em diversos aspectos econômicos e sociais, fato este que suscitava incertezas quanto ao futuro do país.

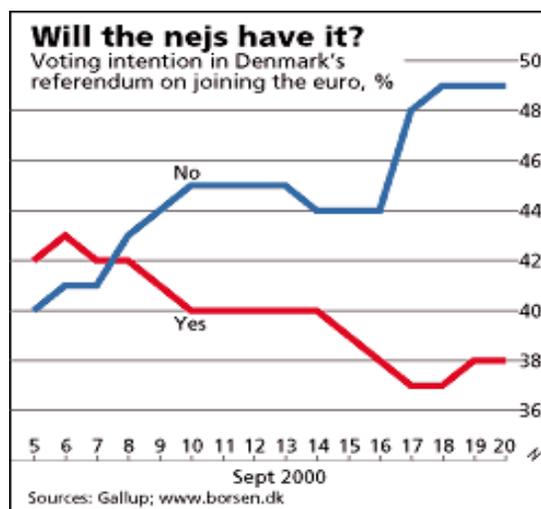
Além disso, a posição sustentada pela grande maioria dos opositores ao euro não consistia na condenação da participação do país na União Européia, mas sim apenas na oposição em relação a determinados aspectos tais como o avanço da integração econômica, considerada como uma ameaça aos interesses nacionais. A campanha do "não", ao longo do período que antecede o referendo de setembro de 2000, torna claro o apelo emotivo e a exarcebação de um sentimento nacionalista do povo dinamarquês no que tange aos assuntos internos.

No dia 28 de Setembro de 2000, aconteceu o referendo em que a adesão da Dinamarca ao Euro é descartada com a vitória de 53.20% do Ne/No. "O povo da Dinamarca votou pela rejeição à adesão da moeda única europeia"<sup>106</sup>. "Os dinamarqueses escolheram o chifre

<sup>106</sup> "The people of Denmark have voted to reject membership of the single European currency"

anti-integracionista”<sup>107</sup>. “(...) o eleitorado rejeitou a proposta de substituir a coroa por uma moeda comum, o euro”<sup>108</sup> (tradução livre).

**Figura 9: Movimentos contra e a favor ao Euro na Dinamarca**



Fonte: The Economist, 21 de setembro de 2000.

A campanha do Nejs/No pode ser dividida entre as idéias nacionalistas – que reivindicavam a perda da soberania; as idéias democratas – que argumentavam sobre a perda gradual do direito dinamarquês de decidir por seu próprio futuro, além dos partidos de extrema esquerda – incertos sobre o ‘bem-estar’ dinamarquês após a adesão.

A líder do grupo de extrema direita, antieuro Danish People’s Party, Pia Kjaersgaard, afirmou que o resultado do referendo foi uma grande vitória para a Dinamarca: “Esta é uma vitória para os dinamarqueses que desejam a defesa da democracia, da autodeterminação e da soberania do país”<sup>109</sup>.

BBC News. Danes say No to Euro. 2000. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/947244.stm>> Acesso: 02/07/2012

<sup>107</sup> “The Danes chose the anti-integrationist horn”

THE ECONOMIST, 2000. Disponível em: <[http://www.economist.com/world/europe/displaystory.cfm?story\\_id=E1\\_PSQQTV](http://www.economist.com/world/europe/displaystory.cfm?story_id=E1_PSQQTV)> Acesso: 02/07/2012.

<sup>108</sup> “(...) the electorate has reject a proposal to replace the krone with the common currency, the euro” COPENHAGEN Post. 2000. Disponível em: <<http://www.cphpost.dk/>> Acesso: 02/07/2012.

<sup>109</sup> “this victory is a victory for Danes wish to defense democracy, self-determination and the country’s sovereignty”

BBC News. Danes say No to Euro. 2000. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/947244.stm>> Acesso: 10/07/2012

Os membros da Campanha do “Nej/No” acreditam que a Dinamarca não precisa da adesão à moeda única, pois a economia do país já é forte, não passa por problemas internos de desemprego, e os benefícios da adoção ao Euro seriam pequenos e inseguros. Já os grupos a favor da adoção da moeda europeia afirmam que o país está indo bem sem o Euro, mas que pode se desenvolver melhor com a adesão da moeda, que acarretaria baixas taxas de juros além de um maior investimento estrangeiro no país e, conseqüentemente, um capital maior para ser investido no ‘bem-estar’ interno. Anders Rasmussen disse “que a votação não significa que a Dinamarca tenha virado as costas à Europa. Ele disse que vai continuar a desempenhar plenamente o seu papel no desenvolvimento futuro da Comunidade Europeia” <sup>110</sup> (tradução livre). Além do então Primeiro Ministro e de outros importantes grupos políticos, eram, também, a favor do Euro, na Dinamarca, sindicatos e líderes empresariais do país.

**Figura 10: Euro Referendo em 2000**

<b>Regions</b>	<b>YES</b>	<b>NO</b>
DENMARK	46.80%	53.20%
Copenhagen (City)	45.70%	54.30%
Copenhagen County	47.70%	52.30%
Frederiksborg County	50.60%	49.40%
Roskilde County	48.30%	51.70%
West Zealand County	42.10%	57.90%
Storstrøm County	42.40%	57.60%
Bornholm	41.00%	59.00%
Funen County	46.10%	53.90%
South Jutland County	48.50%	51.50%
Ribe County	47.80%	52.20%
Vejle County	47.50%	52.50%
Ringkjøbing County	50.40%	49.60%
Aarhus County	48.70%	51.30%
Viborg County	47.60%	52.40%
North Jutland County	43.20%	56.80%

Fonte: Electoral Geography – By Alex Kireev, 2000.

<sup>110</sup> “Mr. Anders Rasmussen said the vote did not mean that Denmark had turned its back on Europe. He said it would continue to play its full part in the future development of the European Community”

BBC News. Danes say No to Euro. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/947244.stm>> Acesso: 02/11/2009

## **CAPÍTULO IV – DIANTE DA CRISE EUROPEIA**

### **4.1 – Um abalo na Estrutura Europeia**

O duplo lançamento da União Econômica e Monetária e do Euro foi louvado em toda a Europa como um passo rumo à verdadeira unidade e ao fim de séculos de conflito no continente. Qualquer crítica ao projeto era considerada politicamente incorreta. Foi afirmado pelo relatório One Market, One Money que “os benefícios da união monetária iriam sobrepujar seus custos”<sup>111</sup>.

Várias vantagens da união monetária são inegáveis, como, por exemplo, a ausência de custos de conversão cambial que contribuiu para a eficiência econômica; houve também uma maior integração dos mercados financeiros, o que aumentou a eficiência da intermediação financeira e dos processos de investimento. A independência política do Banco Central Europeu e seu foco na estabilidade dos preços reduzem a incerteza para todos os agentes econômicos. Essas vantagens contribuem para o desenvolvimento da atividade econômica

Com a moeda única, os riscos cambiais deixam de existir na área da união monetária. Isso reduz a incerteza e estimula o comércio, os investimentos e a atividade econômica. Além disso, a moeda única impede a desvalorização competitiva, reduz as tensões comerciais e as inclinações protecionistas no mercado comum de bens e serviços. A união monetária representa um afastamento em relação aos conflitos do passado, quando as violentas flutuações nas taxas de câmbio contribuíram para as rupturas econômicas e políticas da década de 1920 e 1930.

Um outro grande argumento a favor da UEM é o de que a moeda única tornaria os Estados-Membros menos dependentes das violentas flutuações do dólar. O peso demográfico e econômico da zona do Euro posicionaria a nova moeda em pé de igualdade ao dólar na arena econômica e financeira internacional.

A união monetária pode ser considerada bem-sucedida, para todos os países-membros, se os benefícios dela decorrentes forem superiores aos custos associados à perda

---

<sup>111</sup> One Market, One Money, relatório, 48, 61.

de ferramentas políticas. Segundo a Teoria Optimum Currency Area<sup>112</sup>, são oito os fatores necessários para o funcionamento sem sobressaltos de uma união monetária: a mobilidade dos fatores de produção, especialmente trabalho; flexibilidade de preços e salários, que ajuda a prevenir diferenciais inflacionários e desvantagem de custo; semelhanças de taxas de inflação, de forma a manter mais estável os termos de troca entre estes países; grau de abertura de cada uma das economias, que possibilita que quanto mais aberta for a economia menores serão as desvantagens de aderir a uma união monetária; o grau de intensificação de cada uma das economias, de forma a diminuir a necessidade de ajustes na taxa de câmbio; a integração financeira, que contribui para a estabilidade de uma área monetária; a integração fiscal; e por fim a integração política, que leva a convergência no desenvolvimento econômico.

A união monetária e sua moeda única são a expressão mais visível das tentativas de maior integração europeia, inspirada pelo desejo de nunca repetir os horrores das duas grandes guerras mundiais que deflagraram em solo europeu. Se mais de 60 anos de paz na Europa podem ser atribuídos a esses esforços, o julgamento da união monetária deve ser sem dúvida positivo.

A paz é apenas uma das consequências da união monetária europeia. Os benefícios econômicos de se pertencer a uma união monetária são reais e numerosos, contudo, também há custos. A UEM ainda está incompleta, no sentido de que não preenche várias condições para o funcionamento regular e eficiente de uma união monetária. A história nos mostra que a falta de uma união política efetiva, em especial, é um obstáculo à durabilidade de uma união monetária e de sua moeda única. A união monetária europeia, aos olhos de muita gente, foi criada como meio de promover a união política. Duisenberg, primeiro presidente do Banco Central Europeu, declarou que “a UEM é e sempre pretendeu ser o caminho das pedras rumo a Europa unida”<sup>113</sup>. Essa atitude pode ter contribuído para a desconsideração pela Europa das condições econômicas básicas para a constituição de uma união monetária eficiente e duradoura.

Considerando a incompletude da UEM, a crise que irrompeu no outono setentrional de 2009 não deve ter sido surpresa por completo pois, sob o desempenho geral satisfatório

---

<sup>112</sup> Theory of Optimum Currency Area. Disponível em:  
<<http://web.ntpu.edu.tw/~guan/courses/Mundell61.pdf>> Acesso: 19/09/2012.

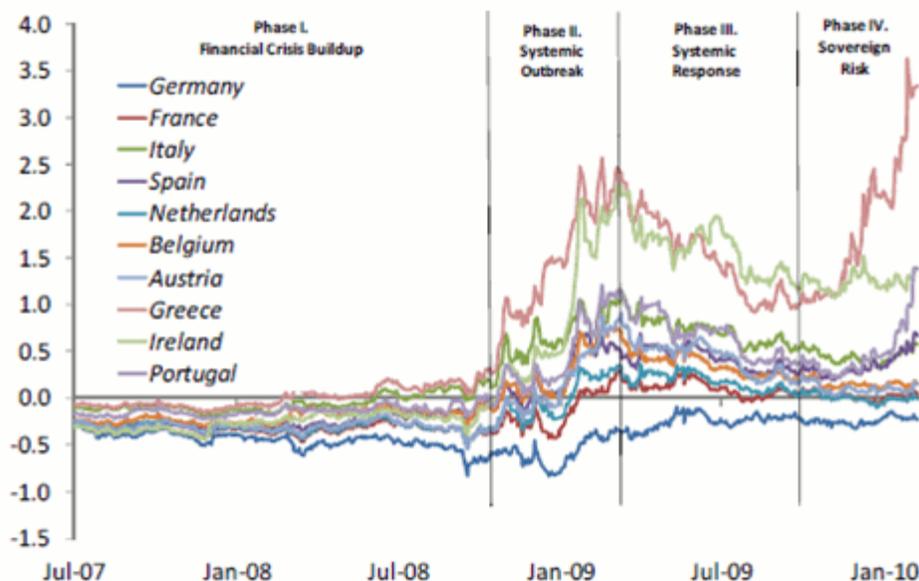
<sup>113</sup> DUISENBERG, citado em Lynn, pp.30

da zona do euro, esgueirava-se alguns desequilíbrios como: grandes déficits em conta-corrente, que implicava dependência em relação a importação de capital estrangeiro pelos países deficitários; grandes bolhas de ativos acompanhadas pela criação de crédito excessiva; enormes déficits públicos, endividamento crescente; além da perda de competitividade internacional por vários países membros.

Cada um desses desequilíbrios se interligava com outros. Por exemplo, a criação de crédito impulsionava a inflação, o que, por seu turno, contribuía para o aumento salarial e comprometia a competitividade internacional. Combinados com déficits públicos crescentes, esses acontecimentos aceleraram os déficits em conta-corrente.

A crise financeira que começou em 2007, quando investidores perderam a confiança nos títulos de hipotecas e ativos, com base nos Estados Unidos, se aprofundou em 2008/09, com um alcance global que afetou uma ampla gama de atividades de instituições financeiras e econômicas tanto de países desenvolvidos como de países em desenvolvimento.

**Figura 11: Europa Afetada pela Crise (%)**



Fonte: Bloomberg LP, 2010

A crise global de 2009 é sem precedentes na história econômica do pós-guerra. A crise que abalou todo o mundo foi precedida por um período de tempo relativamente longo

de rápido crescimento do crédito, abundante disponibilidade de liquidez, forte alavancagem, crescente desenvolvimento de bolhas no setor imobiliário, dentre outros fatores. A medida que a crise se aprofundou, os governos dos principais países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como financeiras internacionais, tentaram tomar algumas ações de mitigação para conter a crise.

Martin Feldstein, um dos principais economistas americanos, previu, vários anos antes da UEM, que, em vez de promover a paz entre os países europeus, a união monetária provocaria guerras<sup>114</sup>. Isso não aconteceu, e na verdade, como já foi citado anteriormente, a maioria dos estudiosos e governantes ainda acreditam que a moeda única e a união econômica representam uma forma de se promover a paz e a união na região; porém a crise pode ter abalado a harmonia que pairava entre os Estados Europeus. Os benefícios econômicos, políticos e outros da união monetária se baseiam na premissa de que o conjunto funcione sem contratempos e com eficácia. A viabilidade no longo prazo da união monetária depende de o ambiente institucional da união ser bastante vigoroso para evitar a degeneração em grande instabilidade financeira.

A principal desvantagem de participar de uma união econômica é a perda da independência na condução da política monetária. Quando se trata de política monetária, raramente existe tamanho único; podendo a mesma ser muito apertada para a economia de um país-membro e muito frouxa para outro. Desta forma, desvios significativos podem aumentar a inflação, agravar o desemprego e ampliar os déficits. O ministro das finanças da Inglaterra Gordon Brow, em 1997, afirmou que:

“O euro era um risco porque as taxas de juros adequadas para parte da área nem sempre eram apropriadas para outras. Também foi um risco porque todos os países não cresciam em harmonia e porque os países da Europa não pareciam dispor da flexibilidade para ajustar suas economias a crise, nem praticavam a disciplina rigorosa imposta pela moeda única”<sup>115</sup>

A crise afetou os países de todo o mundo de diferentes formas, e os vários países da Europa também sentiram a mesma crise com diferentes repercussões. O processo pelo qual

---

<sup>114</sup> FELDSTEIN, Martin. 1997, pp 53.

<sup>115</sup> BROW, Gordon. 2010, pp.186.

os recém-chegados a União Europeia perderam competitividade foi em grande parte semelhante ao GIIPS (Grécia, Itália, Portugal e Espanha), que foi seguido por uma taxa de juros mais baixas e as suas expectativas de convergência rápida para a área do Euro levou a um boom na demanda doméstica. O aprofundamento da integração financeira e a baixa barreira à entrada de capital, bem como as percepções reduzidas de risco cambial, ajudou a atrair fluxos de capital. Embora muitos países em desenvolvimento tendam a evitar contrações em suas saídas, o que é visto em economias mais avançadas, tais países continuam mais vulneráveis a uma desaceleração econômica.

Já os países-membros menores, sobretudo aqueles com grande setor bancário, resistiram melhor à crise de 2007/09, graças ao guarda-chuva protetor da zona do euro mais ampla. Embora a Dinamarca não fosse membro da união monetária, Nils Bernstein, governador do banco central dinamarquês, reconheceu que “durante a crise, há grandes vantagens em estar dentro [da zona do euro], muito mais protegido contra o tumulto e com acesso às facilidades do sistema do euro”<sup>116</sup>.

A crise financeira pode ser considerada um choque simétrico com implicações assimétricas, atingindo em graus diferentes os Estados-Membros da União Europeia. A medida que os países foram afetados depende fortemente de suas condições iniciais e também quanto as suas vulnerabilidades associadas.

---

<sup>116</sup> BERNSTEIN, Nils. Citado em Irish Independent, 1/ Outubro/2009.

**Figura 12: Previsão da Crise nos Diferentes Países**

*Table II.1.2:*  
**The Commission forecast by country**

GDP (% growth)	2008	2009	2010
Belgium	1.2	-3.5	-0.2
Germany	1.3	-5.4	0.3
Ireland	-2.3	-9.0	-2.6
Greece	2.9	-0.9	0.1
Spain	1.2	-3.2	-1.0
France	0.7	-3.0	-0.2
Italy	-1.0	-4.4	0.1
Cyprus	3.7	0.3	0.7
Luxembourg	-0.9	-3.0	0.1
Malta	1.6	-0.9	0.2
Netherlands	2.1	-3.5	-0.4
Austria	1.8	-4.0	-0.1
Portugal	0.0	-3.7	-0.8
Slovenia	3.5	-3.4	0.7
Slovakia	6.4	-2.6	0.7
Finland	0.9	-4.7	0.2
Euro area	0.8	-4.0	-0.1
Bulgaria	6.0	-1.6	-0.1
Czech Republic	0.2	-2.7	0.3
Denmark	-1.1	-3.3	0.3
Estonia	-3.6	-10.3	-0.8
Latvia	-4.6	-13.1	-3.2
Lithuania	3.0	-11.0	-4.7
Hungary	0.5	-6.3	-0.3
Poland	4.8	-1.4	0.8
Romania	7.1	-4.0	0.0
Sweden	-0.2	-4.0	0.8
United Kingdom	0.7	-3.8	0.1
European Union	0.9	-4.0	-0.1
United States	1.1	-2.9	0.9
Japan	-0.7	-5.3	0.1

Source: European Commission Spring Forecast

Fonte: Comissão Europeia, 2009.

Existem similaridades claras entre a crise de 1907/08, 1929/35 e a crise de 2007/09, em termos de condições iniciais e origem geográfica. Sendo que todas se iniciaram após um boom da moeda e do crédito de expansão, aumento do preço dos ativos e demasiado otimismo e confiança na tomada de riscos dos investidores.

A primeira década da União Econômica e Monetária e do euro foi considerada, em geral, um sucesso retumbante. O lançamento do euro avançou sem dificuldades e o BCE superou as expectativas. A UEM e o euro singraram crescimento econômico e nível de emprego pujante. Contudo, problemas e desequilíbrios estavam escondidos pela bonança da economia mundial, até que bolhas inflacionárias começaram a aflorar em diferentes categorias de ativos.

A crise financeira de 2007/09, seguida pela eclosão de uma nova crise no final de 2010, e a recessão subsequentes puseram em foco os problemas estruturais da zona do euro. Com essa sequência de acontecimentos, os especialistas começaram a advertir cada vez mais para a hipótese de ruptura da união monetária, ao mesmo tempo que muitos discordavam dessa possibilidade. É fato que nenhum dos países europeus que ainda não adotaram o euro parecem dispostos a adotá-lo em breve, mesmo assumindo que os países da área do euro foram capazes de restaurar rapidamente a estabilidade de suas economias. O que não podemos deixar passar despercebido é que “(...) a unificação europeia é uma questão de guerra e paz para a Europa (...), e o euro é parte da nossa garantia de paz”<sup>117</sup>.

#### **4.2 – A Posição da Dinamarca**

A Dinamarca é um Estado com uma política externa dividida em duas grandes tendências antagônicas, a europeísta e a eurocética.

O senso de nacionalismo da Dinamarca representa o maior impacto do euroceticismo entre os países membros da UE. “(...) não é prematuro ou impetuoso assumir que o euroceticismo, na Dinamarca, sempre foi, e continua sendo, alimentado pelo sentimento nacionalista e pelo desejo global de projetar a identidade nacional dinamarquesa”<sup>118</sup> (tradução livre).

Existe uma maior ideia de solidariedade e união em torno dos Estados nórdicos desde o período da Idade Média, que é muito mais forte que o sentimento de proximidade desses países com a União Europeia. A Escandinávia historicamente possui uma grande proximidade em sua cultura, geografia, história, bandeira e língua;

“(...) agora os países nórdicos estão sendo questionados para a adoção de uma terceira identidade: a europeia. Isto representa um problema para a Dinamarca, e a região do norte como um todo, porque, como foi colocado

---

<sup>117</sup> KOHL, Helmut. 2010 Citado em Wall Street Journal Europe, 10 de Maio, pp.6.

<sup>118</sup> GOSTI, Daniella; HAIDER, Ali; IVARS, Joanna & VAN DEN BERG, Marloes. Nationalism in Denmark and the Euro. 2002, pp. 56. “(...) it would not be premature or brash to assume that euro-scepticism in Denmark has been, and continues to be, fuelled by nationalist sentiments and an overarching desire to project a Danish national identity”

pela academia dinamarquesa: Todos os países nórdicos estão se esforçando para se adequar entre a identidade nacional e a UE (...) isso é especialmente difícil porque a identidade nórdica está pautada em ‘ser melhor do que a Europa’<sup>119</sup> (tradução livre).

A Dinamarca possui uma antiga tradição de importante intervenção da sociedade nos assuntos domésticos, o que pode ser evidenciado pelo alto número de referendas acontecidas internamente no país, principalmente desde a adesão à União Europeia. O país possui uma população presente, com valores enraizados que datam anteriormente ao século XVIII, características provenientes de acontecimentos históricos que muito antecedem o sentimento de nação europeia iniciado no final do século XIX, e demonstram as circunstâncias que lideram este sentimento de nacionalismo interno – ‘Danishness’.

Com base na pesquisa feita com civís dinamarqueses, de diversas faixas etárias e variadas profissões, percebemos que as opiniões se encontram divididas, mas ainda pendentes a uma adesão futura, principalmente da faixa etária mais jovem, que já nasceu dentro da União Européia.

O chefe de projetos em agricultura, Klaus Johansen, afirma que o motivo de não existir uma maior integração com a UE e a não adoção ao Euro é porque “muitas pessoas agem com o coração em vez da cabeça. Muitos têm receio de que a nação dinamarquesa desapareça e que o Estado perca a sua autodeterminação no futuro”<sup>120</sup>. O estudante universitário de economia e administração, Nick Melgaard, acredita que “a população tem medo de que a Dinamarca perca a sua identidade. Os dinamarqueses têm orgulho de seu país, de sua nacionalidade, e estão dispostos a proteger suas tradições e valores. A família real e a rainha se tornaram um símbolo de resistência à UE. As pessoas têm medo de que nos tornemos um estado dentro do país Europa.”<sup>121</sup> (tradução livre).

---

<sup>119</sup> “Now the Nordic countries are being asked to adopt a third identity: a European one. This is a problem for Denmark, and the Nordic region as whole, because as one Danish academic puts it: All Nordic countries are struggling to find a credible fit between their national identity and the UE (...) this fit is especially difficult because Nordic identity is about being better than Europe”.

THE ECONOMIST. *Those awkward Danes*. 21 de Setembro de 2000, pp.4. Disponível em: <[http://www.economist.com/world/europe/displaystory.cfm?story\\_id=E1\\_PSQQTV](http://www.economist.com/world/europe/displaystory.cfm?story_id=E1_PSQQTV)> Acesso: 23/11/20012.

<sup>120</sup> ENTREVISTA. JOHANSEN, Klaus. 2009. “Too many people act with the heart instead of the heard. Many is afraid that the Danish nation will disappear and will not be a sovereign state in the future”.

<sup>121</sup> ENTREVISTA. MELGAARD, Nick Holmelund. 2009. “I believe that people are scared Denmark will lose some of its identity. The Danish people is a proud people and therefore it will project what is considered Danish values. The crown with the queen on it has become a symbol of resistance to the EU. People are worried we will become a state I the country of Europe”.

Segundo o estudioso do nacionalismo dinamarquês, Ove Korsgaard, “a Dinamarca se transformou praticamente em um Estado etnicamente homogêneo”<sup>122</sup> (tradução livre). O professor doutor, Uffe Østergård explica esta homogeneidade como um padrão diferenciado no país quando comparado aos demais Estados europeus. Isso porque a elite cultural na Dinamarca não foi caracterizada por uma nobreza aristocrática, o que dificultou a acumulação de riquezas pessoais e impossibilitou uma grande distinção entre a população. Um Estado Nação homogêneo pode ser considerado um dos mais importantes fatores contribuintes para um intenso sentimento de identidade nacional.

Durante o período do referendo de adesão ao Euro, no ano de 2000, os partidos nacionalistas instigaram e incentivaram um sentimento de identidade nacional durante as campanhas - representado pela bandeira, a monarquia e a moeda dinamarquesa, a Coroa – de forma a promover a preservação dos mesmos. Os créditos da campanha do “Nej/Não”, em particular, trazem fortes aspectos do sentimento nacionalista que frequentemente demonstram a realidade intensa de valorização da cultura dinamarquesa.

Para o escritor Michael Billing, esse sentimento de nacionalismo aumenta quando a percepção de uma segurança ontológica é posta em perigo, com uma ruptura de rotina<sup>123</sup>. Essa afirmação pode ser observada no depoimento da professora dinamarquesa, Vivi Melgaard: “na Dinamarca somos orgulhosos de nosso país, e a população tem receio de mudanças. Nós mesmo queremos resolver os nossos problemas, e não queremos os países maiores interferindo nisso. Somos ‘vikings’ e podemos resolver sozinhos”<sup>124</sup>. A professora ainda afirma que este tipo de pensamento está principalmente relacionado a pessoas de gerações mais antigas, que não nasceram nesta era de integração. Essa diferenciação baseada na faixa etária pode ser reafirmada mais uma vez com o depoimento do universitário Nick, de 21 anos, sobre o referendo para adoção do Euro, em 2000: “Minha

---

<sup>122</sup> KORSGAARD, Ove. *The Danish Way to Establish the Nation in the Hearts of the People*. 2005, pp. 138. “Denmark was transformed into an (almost) ethnically homogeneous nation-state”

<sup>123</sup> BILLING, Michael. *Banal Nationalism*. 1995, pp.44.

<sup>124</sup> ENTREVISTA. MELGAARD, Vivi. 2009. “In Denmark we are very proud of our country, and people are afraid that we get independent. We want to solve our problems ourselves, and we do not want the bigger countries to take over. We are ‘Vikings’ who can manage on our own. I believe this is how specially the older people think”

opinião não mudou desde o referendo. Sou muito a favor à adoção do Euro e este sentimento só tem crescido com o tempo”<sup>125</sup> (tradução livre)

Segundo Uffe Østergår, “atualmente as pessoas acreditam que ficar fora do Euro foi a decisão certa, porque a economia dinamarquesa permanece forte. Por outro lado, as pessoas estão viajando e eles podem perceber que o Euro está dando certo”<sup>126</sup> (tradução livre).

O empresário dinamarquês, Finn Melgaard, Diretor de uma empresa norte-americana localizada na Alemanha, acredita no impacto positivo dessa adoção para os negócios. Ele diz que, “a mudança da moeda para o Euro facilitará os investimentos e depósitos bancários em outros países membros do Euro, além de aumentar a circulação de capital da Dinamarca. De acordo com a teoria econômica, essa adoção provocará o crescimento da economia, de forma a favorecer a todos com impactos positivos”<sup>127</sup> (tradução livre).

Segundo os dados da enquete feita pelo Eurobarômetro, no ano de 2002, e pelo questionário idealizado para esta pesquisa, as pessoas ainda estão bastante divididas quanto à adesão ao Euro e à conclusão dessa última fase da união monetária; “(...) se olharmos para a enquete podemos perceber que a população parece estar a favor da introdução ao Euro, mas isso pode mudar quando acontecer o próximo referendo”<sup>128</sup> (tradução livre).

---

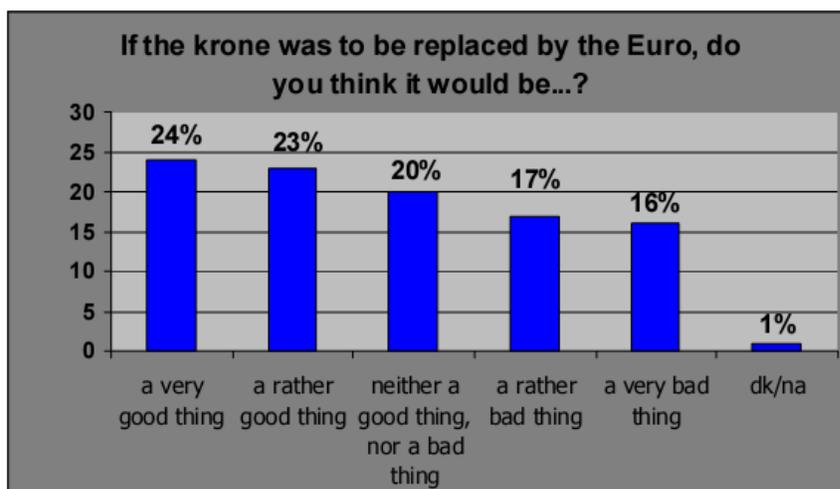
<sup>125</sup> ENTREVISTA. MELGAARD, Nick Holmelund. 2009. “My opinion has not changed since then, but my feelings about the issues has grow stronger. I am very much for the Euro and that has grow stronger over time”

<sup>126</sup> ØSTERGÅR, Uffe. Denmark: a Big Small State – The Peasant Roots of Danish Modernity. 2000, pp. 135. “Now people think this was the right decision, to stay out, because Danish economy happens to be strong. On the other hand people are travelling and they actually see the euro working”

<sup>127</sup> ENTREVISTA. MELGAARD, Finn. 2009 “I am not sure about the direct growth of adopting the Euro. It will make things easier for some companies and that could have a positive impact. On the other hand changing to Euros will make investments and bank deposits in other Euro countries easier and could remove some capital from Denmark. According to Economic theories this will only make the economic pie greater for everyone so that too should have a long term positive impact on the Danish economy”

<sup>128</sup> ØSTERGÅR, Uffe. Denmark: a Big Small State – The Peasant of Danish Modernity. 2005, pp. 150. “(...) if we look at the pools people seem to be in favor of introducing the euro, but that could chance when have the next referendum”. ØSTERGÅR, Uffe. Denmark: a Big Small State – The Peasant of Danish Modernity. 2005, pp. 150.

**Figura 13: Posição mais atual da população dinamarquesa quanto a substituição da Coroa pelo Euro**



Fonte: Eurobarômetro 57.1, 11 de Outubro de 2001.

Ainda sim, o nacionalismo dinamarquês gera em grande parte da população uma posição e um sentimento de manutenção ao antieuro. Isso porque uma maioria ainda acredita que a sua identidade nacional está sendo ignorada com a integração à União Europeia. Quando perguntada a opinião de Finn Melgaard sobre a rejeição do Euro pela população dinamarquesa, ele afirma que “muitos ainda estão temerosos em perder a sua identidade nacional”<sup>129</sup> (tradução livre).

Um novo referendo de adesão ao Euro estava sendo cogitado pelo parlamento para o ano de 2010, incentivado pela então liderança do governo, o Primeiro ministro Lars Løkke Rasmussen – representante do grupo Venstre –, baseado na ideia de que, um país como a Dinamarca, pequeno e bastante dependente do comércio internacional, precisa manter-se próximo a seus vizinhos. Posição que foi afirmada pelo empresário entrevistado, Finn Melgaard: “[a Dinamarca] não teria se saído melhor fora da União Européia”. E quando perguntado sobre a importância do mercado europeu para a economia da Dinamarca, ele afirma que “é extremamente importante. É o nosso principal mercado. As negociações com Estados mais próximos serão sempre muito importantes”.<sup>130</sup> (tradução livre).

<sup>129</sup> ENTREVISTA. MELGAARD, Finn. 2009. “Many were afraid of losing the nationality”

<sup>130</sup> Iden. “I do not believe we could have improved more if we have been out side EU”

“ It is extremely important. It is our main marked. Marked near us will always be important”

Porém, a atual crise mundial provocou a pior recessão econômica, desde 1930, atingindo todo o mundo. Conseqüentemente, a atual conjuntura nacional da Dinamarca está voltada à reconstrução e sustentação do sistema social dinamarquês - que equilibrava o país entre a flexibilidade para o empregador e a seguridade para o assalariado –, deixando mais distante a realidade de adoção do Euro. Apesar dos impactos negativos com a crise a Dinamarca percebeu que, de alguma forma, foi preservada ao manter a sua moeda, ao passo que se pode notar a instabilidade da UE e de sua moeda única.

Segundo o depoimento de Klaus Johansen, “a Europa quer uma nação forte para mostrar ao resto do mundo que somos capazes de agir como países unidos; e a moeda única é uma forma de se desenvolver este sentimento”<sup>131</sup>. Johansen acredita também que, para a economia da Dinamarca não haveria tantos ganhos com a adoção da moeda comum, pois “atualmente a Coroa dinamarquesa já se encontra conectada ao Euro, por este motivo não veremos grandes mudanças com a adesão (...)”<sup>132</sup> (tradução livre). Apesar dessa aproximação e conexão entre as moedas, os dinamarqueses ainda tendem a ser contrários a acontecimentos identificados como globalização, europeísmo e imigração, “isso porque o projeto europeu está encaminhando para uma direção nacionalista”<sup>133</sup>.

A população está ciente dessa super nacionalização ainda muito forte internamente, mas aos poucos se liberta da ideia de um país cada vez mais fechado, abrindo-se para a UE. Apesar da afirmação de Klaus sobre a indiferença na adoção ao Euro para a economia dinamarquesa, ele acredita que é importante estar conectado à União, porque “exportação e importação são fatores importantes para qualquer economia. Essencial em um mundo que se torna ‘cada vez menor’”<sup>134</sup> (tradução livre).

Uma análise com o cunho mais oficial do governo foi feita em uma entrevista diretamente com o Cônsul da Dinamarca em São Paulo, Exmo. Sr. Nicolai Pritz, sobre a atual situação dinamarquesa diante da questão de não adesão ao Euro, e reafirmado os pontos apresentados nesta pesquisa, focada principalmente no sentimento de nacionalismo

---

<sup>131</sup> ENTREVISTA. JOHANSEN, Klaus. 2009. “Europe wants a strong nation to show the world that we are able to act as united countries. I think that the same currency in all countries is important to feel more united”.

<sup>132</sup> Iden. “The Danish Krone is technical connected the Euro today so we will not see a big change (...)”.

<sup>133</sup> Iden. “This is because the European project as such is moving in a national direction”

ØSTERGÅRD, Uffe. Denmark: a Big Small State – The Peasant of Danish Modernity. 2005., pp. 152

<sup>134</sup> Iden. “Exports and imports are extremely important factors in a economy. It is essential in a world that gets ‘smaller’ every day”.

da população durante o referendo. Quando questionado sobre a votação durante o referendo de 2000 o Cônsul afirma: “eu vejo essa reação da população como sentimental”<sup>135</sup> (tradução livre).

O Cônsul Dinamarquês explica que toda vez que é discutido um novo Tratado na UE deve existir um consenso total entre os países membros. O que aconteceu foi que a população da Dinamarca - como aconteceria posteriormente no referendo para o Euro - votou contra o Tratado de Maastrich, no ano de 1992, apesar do parlamento incentivar a favor ao apresentar a importância dessa adesão. Neste período, a Dinamarca foi um dos poucos países europeus que perguntou a opinião da população ao promover um referendo – pela constituição dinamarquesa, a decisão de outorgar poder a uma instituição supranacional, como a UE, só pode ser feita após a votação por referendo popular. “A Europa ficou em choque, porque ninguém pensou que a não adesão por parte da Dinamarca fosse possível”<sup>136</sup>. Após essa repercussão, houve uma reunião entre os países membros da União, que decidiram criar um anexo, como forma de avançar nas negociações, explicitando algumas exceções para a Dinamarca no Tratado – como a não adesão ao Euro, além da não permanência também sobre questões de Justiça e Defesa. Em 1993, a população da Dinamarca voltou às urnas, desta vez a favor do Referendo; “Foi com uma margem pequena que a Dinamarca permaneceu no Tratado de Maastricht, mesmo após a formulação das três reservas”<sup>137</sup>.

O Exmo. Sr. Nicolai Pritz afirma não saber se a opinião da população mudou definitivamente sobre as referendas de 1992, 1993 e 2000, que foram muito equilibradas. “Não sei se alguma coisa mudou drasticamente na Dinamarca, nem após a crise. Houve algumas semanas de especulação sobre a coroa, atualmente temos um juro um pouco mais alto do que no resto da Europa, mas isso não é uma coisa que afeta gravemente a economia dinamarquesa”<sup>138</sup>.

Para o Cônsul, o erro das campanhas previamente ao referendo de adesão ao Euro está relacionado à tática usada pelos partidos pró-euro;

---

<sup>135</sup> ENTREVISTA. PRITZ, Nicolai. Cônsul da Dinamarca em São Paulo.

<sup>136</sup> Iden.

<sup>137</sup> Iden.

<sup>138</sup> Iden.

“eles promoviam uma campanha de ameaça, de forma a afirmar que a não adesão acarretaria um maior índice de desemprego e um menor investimento no país. Mas no final, nada disso aconteceu, na realidade a Dinamarca se mantém como o país de menor nível de desemprego da Europa, e um dos países que mais recebeu investimentos, per capita. Eu não acredito que exista um fundamento econômico para se falar que a Dinamarca esteja numa posição mais frágil ou que tenha perdido em algum aspecto ao não adotar o Euro”<sup>139</sup>.

Ao ser questionado sobre a previsão de adoção ao Euro, Nicolai Pritz recoloca que a recusa da Dinamarca pela moeda única está principalmente baseada em motivos sentimentais, e não por razões políticas ou econômicas. “Foi mais uma reação sentimental que manteve o país fora do Euro e primeiramente contrário ao Tratado de Maastricht”<sup>140</sup>. O Cônsul Dinamarquês ainda afirma que a situação de reestruturação pós crise na Dinamarca é bem melhor do que em países como a Espanha, Portugal e Itália, adeptos ao Euro. “Não sei se a Dinamarca se sairia melhor como adepta ao Euro, aconteceram alguns debates desde então, mas em efeitos reais, não se pode dizer que o país sofreu mais por estar fora da moeda única, não se tem fundamentos para concluir isso”<sup>141</sup> (tradução livre).

Reafirmando os estudos feitos para esta pesquisa, o Cônsul da Dinamarca conclui que, no resultado de um próximo referendo, a posição da população poderia ser diferente da atual de rejeição ao Euro. Seguindo o raciocínio exposto até o momento, o Exmo. Sr. Nicolai Pritz afirma que “se hoje a Dinamarca votar a favor ao Euro é porque aceita a ideia proposta pela União Europeia; não seria por um raciocínio econômico, porque a minha conclusão, e também de muitos economistas, é de que o país não sofreu ao ficar fora do Euro”<sup>142</sup>.

---

<sup>139</sup> Iden.

<sup>140</sup> Iden.

<sup>141</sup> Iden.

<sup>142</sup> Iden.

## CONCLUSÃO

Neste trabalho foi possível ter uma visão da trajetória da Dinamarca dentro da União Europeia – iniciado com a sua adesão à Comunidade do Carvão e do Aço, seguido pela Comunidade Econômica Europeia, e, posteriormente, com a Comunidade Europeia de Energia Nuclear. Os avanços internos que o país obteve, provavelmente, não seriam possíveis sem a aproximação com os demais Estados Europeus. Apesar de possuir uma economia sólida e crescente, a adesão da Dinamarca à União Europeia possibilitou um fortalecimento dos agregados macroeconômicos e reforçou a sua principal característica de país exportador de produtos manufaturados.

Entender a recusa da Dinamarca à terceira fase da União Econômica Monetária foi o principal objetivo deste trabalho. A Coroa dinamarquesa, na atualidade, está tecnicamente conectada ao Euro. O seu valor está diretamente relacionado ao câmbio da moeda europeia. Por esse motivo, não deveria existir um grande questionamento sobre a possibilidade de substituição da moeda no país escandinavo. Apesar da elevação dos preços nos países que aderiram à moeda única ser levado em consideração, somado ao fato da Dinamarca ser um país que apresenta uma das mais altas taxas de imposto, esses motivos deixam de ter relevância quando surge a discussão sobre a possível "perda de autonomia".

Diante dessa análise, é possível perceber a importância dos grupos políticos no Parlamento dinamarquês, principalmente, quando se trata de referendo popular sobre a adoção do Euro, como o que aconteceu em 2000. Apesar de os partidos a favor do euro possuírem a maior representação no parlamento, a campanha pró euro foi mal elaborada e feita de maneira muito imposta, de forma que a população e os eleitores dinamarqueses não se deixaram intimidar. A ameaça desses políticos fez perder a credibilidade existente. Assim, a campanha contra a moeda única se tornou bem mais forte, colocando os partidos de extrema direita e extrema esquerda em posição política favorável junto a uma população que carrega um nacionalismo determinante em seus discursos e posições históricas.

Um país extremamente democrático e com uma população ativa e interessada, a Dinamarca pode ser analisada como um Estado nacionalista também em suas políticas, já que a população se expressou nos referendos, com opiniões que são direta ou

indiretamente impulsionadas por suas tradições e princípios nacionais. Esse aspecto fica visível quando se observa o resultado do referendo para a adoção do Euro. A população foi muito mais impulsionada pelo sentimento nacionalista do que pelos aspectos econômicos e políticos.

A Dinamarca possui um forte senso de identidade nacional e o principal motivo do euroceticismo dinamarquês está relacionado ao baixo desempenho da liderança política dos partidos e representantes da sociedade civil pró-euro, e ao medo da perda de uma soberania conquistada ao longo da sua história.

Além disso, a crise financeira atual gerou um sentimento de incredulidade à moeda única Europeia, o que retardou a entrada não só da Dinamarca, mas de todos os países que estavam pensando em aderir à UE.

No entanto, o país continua em um processo de aproximação econômico e político com a União Europeia, que vem desenvolvendo um papel único na aproximação dos Estados Europeus. De forma contínua, a Dinamarca reforça os seus laços com os países vizinhos, importantes para o seu crescimento como exportador, ainda com a preservação e manutenção de seus valores e de sua moeda nacional.

Com o passar das décadas e séculos as crises e barreiras enfrentadas pela União Europeia serão apontadas como pequenos pontos na história de uma importante cooperação que já não teve seu início em períodos de calmaria - após duas Grandes Guerras Mundiais - então a moeda europeia será ainda mais apontada como a prova do sucesso da região, que continuará sendo uma inspiração para os demais Estados.

A cooperação e integração entre os Estados é como a correnteza de um rio, que nunca pára. Ainda não sabemos ao certo o rumo que essas correntezas levarão a União Europeia no futuro, mas é certo que já se foi iniciada uma discussão sobre um novo passo, a União Política. Neste caminho sem volta a Dinamarca não poderá se ater por muito mais tempo as suas questões nacionalistas. A corrente da globalização segue o rumo de uma integração jamais vista, e ficará cada vez mais difícil ficar fora dela.

## ANEXO I:

<b>FACTS</b>
<b>Nome:</b> Reino da Dinamarca
<b>Rainha:</b> Margrethe II
<b>Primeiro Ministro:</b> Helle Thorning-Schmidt
<b>População:</b> 5.5 milhões (UN, 2011)
<b>Capital:</b> Copenhague
<b>Área:</b> 43,098 sq km (16,640 sq miles)
<b>Língua Materna:</b> Dinamarquês
<b>Principal Religião:</b> Cristianismo
<b>Expectativa de Vida:</b> 76 anos (homem), 81 anos (mulher) (UN)
<b>Unidade Monetária:</b> 1 krone = 100 ore
<b>Principal Exportação:</b> Máquinas e Equipamentos, alimentos, produtos químicos
<b>PIB per capita:</b> US \$59,050 (World Bank, 2010)
<b>Internet:</b> .dk
<b>Código Internacional de Área:</b> +45

Fonte: BBC News, 2009. Disponível em: <[http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/country\\_profiles/1032760.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/country_profiles/1032760.stm)>  
 Acesso: 30/10/2012.

## ANEXO II: Entrevistados

<b>Finn Melgaard</b>
Dinamarquês
46 anos
Gerente Geral
REUTHER - Alemanha

<b>Klaus Johansen</b>
Dinamarquês
58 anos
Chefe de Projetos em Agricultura
LRØ - Dinamarca

<b>Nicolai Pritz</b>
Dinamarquês
Carreira Diplomática - Cônsul
Consulado da Dinamarca no Brasil

<b>Nick Holmelund Melgaard</b>
Dinamarquês

21 anos
Estudante Universitário de Economia e Administração de Negócios
Universidade de Aarhus – Dinamarca

<b>Vivi Melgaard</b>
Dinamarquesa
Professora
Løsning Skole - Dinamarca

ANEXO III:

**Euro (€) vs. Coroa Dinamarquesa (DKK)**



## BIBLIOGRAFIA:

AMARAL, Alberto Jr. RATTON, Michelle (Orgs.). *União Europeia*. Editora Aduaneiras: São Paulo, 2002.

BILLING, Michael. *Banal Nationalism*. Editora Sage Publications. London, 1995.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*, pp. 126.

CHURCHILL, Winston. Citado em Vanthoor, 1996, pp. 62.

MORAVCSIK, Andrew. *The Choice for Europe – Social Purpose & State Power from Messina to Maastricht*. Coronell University Press, Ithaca: New York, 1998.

BERNSTEIN, Niels; *Denmark's thoughts on the Euro – a central banker's view*; BIS Review 8/2009; Copenhagen, 2009. Disponível em: <http://www.bis.org/review/r090129c.pdf> > Acesso: 27/10/2009

BERTELA, Mário Augusto. *Os Impactos do Euro: uma Avaliação*. Revista de Economia Política vol 20, n° 1 (77): Janeiro-Março/2000.

CAMPOS, João Mota. *Manual do Direito Comunitário: O sistema institucional, A ordem jurídica e O ordenamento econômico da União Europeia*. Editora ABDR, 2° edição: Curitiba, Juruá – Paraná, 2008.

Danish Trade Council – Royal Danish Ministry of Foreign Affairs. *Danish Exports*. 76 edition. Kraks Forlag AS: Denmark. 2004

DANMARK NATIONALBANK. Report and Accounts 2008. Disponível em: <<http://www.nationalbanken.dk/DNUK/Publications.nsf/Publikationer.HTML?openview&RestrictToCategory=Report%20and%20Accounts>> Acesso: 12/11/2009

DYSON, K. *Elusive Union: The process of economic and monetary union in Europe*. New York: Longman, 1994.

EDINBURG AGREEMENT. Disponível em: <[http://www.eu-oplysningen.dk/fakta\\_en/denmark/edinburgh/](http://www.eu-oplysningen.dk/fakta_en/denmark/edinburgh/)> Acesso: Outubro de 2009

ERM II - Exchange Rate Mechanism between the euro and participating national currencies, 2007. Disponível em: <[http://europa.eu/legislation\\_summaries/economic\\_and\\_monetary\\_affairs/institutional\\_and\\_economic\\_framework/125082\\_en.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs/institutional_and_economic_framework/125082_en.htm)> Acesso: 22/09/2009.

ESTABILIDADE E FINANÇAS. Disponível em: [http://europa.eu/legislation\\_summaries/economic\\_and\\_monetary\\_affairs/index\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs/index_pt.htm)> Acesso: 15/09/2009.

EUROBARÔMETRO. Disponível em:  
<[http://ec.europa.eu/public\\_opinion/cf/subquestion\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/public_opinion/cf/subquestion_en.cfm)> Acesso: Setembro de 2009

EURO YEARBOOK 2009. Disponível em:  
[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/product\\_details/publication?p\\_product\\_code=KS-CD-09-001](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/product_details/publication?p_product_code=KS-CD-09-001) Acesso: 12/11/2009.

FRIEDLAND, Klaus. *The Hanseatic League and Hanse Towns in the Early Penetration of North*. Arctic vol 37 n° 4. Denmark, 1964.

GOTSI, Daniella (at all). *Nationalism in Denmark and the Euro*; supervisor: Linni Rita Gad. Roskilde University. Denmark, September 2006.

HAEKKERUP, Per. *Europe: Basic Problems and Perspectives: A Danish View*. International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944), Vol. 41, N° 1. Denmark, Jan 1965.

INSTITUTE AND POLITICAL CULTURE. Disponível em:  
<http://www.um.dk/Publikationer/UM/English/FactsheetDenmark/DenmarkAndTheEuropeanUnion/html/chapter01.htm> > Acesso: Outubro de 2009

INSTITUTE OF EUROPEAN UNION. Disponível em: <  
[http://europa.eu/institutions/inst/index\\_en.htm](http://europa.eu/institutions/inst/index_en.htm)> Acesso: Outubro de 2009

INTRODUÇÃO DO EURO: critérios de convergência , 2006. Disponível em:  
<[http://europa.eu/legislation\\_summaries/economic\\_and\\_monetary\\_affairs/institutional\\_and\\_economic\\_framework/125014\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs/institutional_and_economic_framework/125014_pt.htm)> Acesso: 15/09/2009.

JESPERSEN, Knud J.V. *A History of Denmark*. Ed. Palgrave Macmillan. New York, 2004

JO, Hee Moon. *Introdução ao Direito*, pp. 43.

JORGE, Nuno Batista. ALMENDRA, Mário. *A Política Externa da Dinamarca*. Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais. Disponível em:  
<[http://www.ciari.org/investigacao/politica\\_externa\\_dinamarca.htm](http://www.ciari.org/investigacao/politica_externa_dinamarca.htm)> Acesso: Outubro de 2009.

KRUGMAN, P. e A. *New York Times Magazine*, Can Europe be Saved?

LARSEN, Henrik; *British and Danish European Policies in the 1990s: A Discourse Approach*. European Journal of International Relations Copyright. SAGE Publications, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, Vol. 5(4), 1999, pp. 460-461.

LESSA, Antônio Carlos. *A construção da Europa – A Última Utopia das Relações Internacionais*. Ed. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Brasília, 2003.

MILLER, Vaughne. *The Danish Referendum on Economic and Monetary Union*. International Affairs and Defense Section, House of Commons Library. London, 2000.

MOTA, João Campos. *O Direito Comunitário*. Vol I, Edição Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

NATIONAL COMPROMISE. Disponível em: <[http://www.eu-ophlysningen.dk/emner\\_en/forbehold/](http://www.eu-ophlysningen.dk/emner_en/forbehold/)> Acesso: Setembro 2009

OLSEN, Gorm Rye. PILEGAARD, Jess. *The Cost of Non-Europe – Denmark and the Common Security and Defense Policy*. European Security, Vol. 14, N° 3. September 2005

OCDE . Disponível em: < [http://www.oecd.org/document/25/0,3746,en\\_36734052\\_36761863\\_36952473\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/25/0,3746,en_36734052_36761863_36952473_1_1_1_1,00.html)> Acesso: 08/05/2012

PARTIDO DE EXTREMA ESQUERDA. Disponível em: < <http://www.enhedslisten.dk/>> Acesso: 02/11/2009

PARTIDO DE EXTREMA DIREITA Disponível em: <<http://www.danskfolkeparti.dk>> Acesso: 31/10/2009

PARTIDO DOS CONSERVADORES. Disponível em: <<http://www.konservative.dk/>> Acesso: 01/11/2009

PARTIDO LIBERAL ALLIANCE. Disponível em: < <http://www.liberalalliance.dk/>> Acesso: 31/10/2009

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATAS. Disponível em:<<http://www.socialdemokraterne.dk>> Acesso: 31/10/2009

PARTIDO SOCIAL-LIBERAIS. Disponível em: <<http://www.radikale.dk>> Acesso: 01/11/2009

PARTIDO LIBERAL. Disponível em: <<http://www.venstre.dk/>> Acesso: 31/10/2009

PARTIDO SOCIALISTAS DE ESQUERDA. Disponível em: [www.sf.dk](http://www.sf.dk) Acesso: 03/11/2009

PAVESE, Carolina Boniatti. *A União Econômica e Monetária e a Dinamarca na Integração Européia*. Universidade Estadual Paulista – Mestrado Programa San Tiago Dantas. São Paulo, 2007

PETERSEN, Nikolaj. *Denmark's Foreign Relations in the 1990s*. Annals of the American Academy of Political and Social Science, The Nordic Region: Changing Perspectives in International Relations. Vol. 512. Nov 1990.

POLITICAL SYSTEM: Na Overview. Disponível em: <<http://www.denmark.dk/en/menu/About-Denmark/Government-Politics/Political-System/Political-System-Overview/>> Acesso: 14/09/2009

PORTELA, Paulo Henrique Golçalves. Direito Internacional Público e Privado, pp57.

REFERENDA. 2009. Disponível em: <<http://www.folketinget.dk/default.asp?id={712E22B2-BB1A-424E-8348-FAFF78A62DAA}>> Acesso: 20/10/2009.

ROYAL DANISH MINT. “History of the Danish Coinage”, 2009 Disponível em: [http://www.royalmint.dk/DKM/UK/RoyalMint.nsf/side/History\\_of\\_Danish\\_coinage!OpenDocument](http://www.royalmint.dk/DKM/UK/RoyalMint.nsf/side/History_of_Danish_coinage!OpenDocument)> Acesso: 20/09/2009.

RUEFF, Jacques. Citado em Marshall, 1999, pp. 159.

RUMO À MOEDA ÚNICA: síntese histórica da UEM. Disponível em: <[http://europa.eu/legislation\\_summaries/economic\\_and\\_monetary\\_affairs/introducing\\_euro\\_practical\\_aspects/l25007\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs/introducing_euro_practical_aspects/l25007_pt.htm)> Acesso: 15/09/2009.

SAKWA, Richard. STEVENS, Anne. *Contemporary Europe*. Ed. Palgrave Foundations, 2º edition. New York, 2006.

STEINBRUCK, Peer. Citado em Marsh, 2009, pp. 219

SØRENSEN, Catharina; *Danish Eurocepticism: Unique or Part of Broader Patterns*. Danish Foreign Policy Yearbook 2008.

THE CONSTITUTIONAL ACT OF DENMARK. Disponível em: <[www.folketinget.dk/pdf/constitution.pdf](http://www.folketinget.dk/pdf/constitution.pdf)> Acesso: 14/10/2009

THE ECONOMIST. *Those awkward Danes*. 21 de Setembro de 2000. Disponível em: <[http://www.economist.com/world/europe/displaystory.cfm?story\\_id=E1\\_PSQQTV](http://www.economist.com/world/europe/displaystory.cfm?story_id=E1_PSQQTV)> Acesso: 02/11/2009

TRATADO QUE INSTITUIU A COMUNIDADE EUROPÉIA DO CARVÃO E DO AÇO (1951). Disponível em: < [http://europa.eu/abc/history/1945-1959/index\\_pt.htm](http://europa.eu/abc/history/1945-1959/index_pt.htm) > Acesso: 30/09/2009.

TRATADO QUE INSTITUIU A COMUNIDADE EUROPÉIA (versão compilada). *Jornal Oficial n° C 325 de 24 de Dezembro de 2002*. Disponível em: <[http://europa.eu/abc/treaties/index\\_pt.htm](http://europa.eu/abc/treaties/index_pt.htm) > Acesso: Setembro de 2009

TRATADO QUE INSTITUIU A COMUNIDADE EUROPÉIA DE ENERGIA ATÓMICA (1957). Disponível em: < <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/index.htm#founding>> Acesso em: Setembro de 2009.

TRATADO DA UNIÃO EUROPÉIA. *Jornal Oficial n° C191 de 29 de Julho de 1992.*  
Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11992M/htm/11992M.html>>  
Acesso: Setembro de 2009.

TRATADO DE LISBOA. Disponível em:  
<[http://europa.eu/lisbon\\_treaty/countries/index\\_en.htm](http://europa.eu/lisbon_treaty/countries/index_en.htm)> Acesso: Outubro de 2009.

TRATADO DE NICE. Disponível em:  
<[http://ec.europa.eu/dgs/secretariat\\_general/nice\\_treaty/](http://ec.europa.eu/dgs/secretariat_general/nice_treaty/)>  
<[http://europa.eu/legislation\\_summaries/institutional\\_affairs/treaties/nice\\_treaty/index\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/nice_treaty/index_pt.htm)> Acesso: Outubro de 2009

UTILIZAÇÃO DO EURO, 2000. Disponível em:<  
<http://www.ecb.europa.eu/euro/intro/html/index.pt.html> > Acesso: 16/09/2009.

ØSTERGÅR, Uffe. *Denmark: a Big Small State – The Peasant Roots of Danish Modernity.*  
DJØF Publishing, 2005.